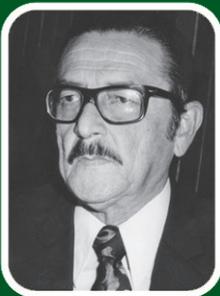




Senado Federal

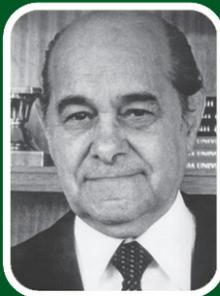
A Reconstrução da Democracia



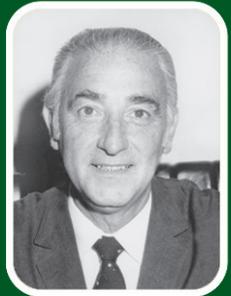
Teotônio Vilela



Ulysses Guimarães



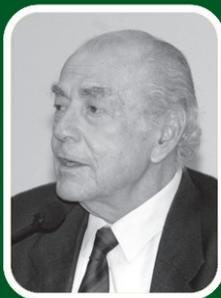
Tancredo Neves



Franco Montoro



Mário Covas



Leonel Brizola



Miguel Arraes

Senador Pedro Simon

Brasília – 2005



SENADO FEDERAL

SENADOR PEDRO SIMON

A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

BRASÍLIA – 2005

Simon, Pedro.

A reconstrução da democracia / Pedro Simon. –
Brasília : Senado Federal, 2006.

112 P.

1. Política e governo, Brasil. 2. Discursos Parlamentares
I. Título.

CDD 320.08

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação.....	5
Vinte anos de redemocratização	19
Teotônio Vilela	26
Tancredo Neves	40
Ulysses Guimarães.....	46
Franco Montoro.....	59
Mário Covas	72
Leonel Brizola	85
Miguel Arraes.....	94

APRESENTAÇÃO

A morte de Miguel Arraes, em agosto do corrente ano, representou o fim de uma das mais extraordinárias gerações de políticos brasileiros de toda a nossa história. Refiro-me aos homens que lideraram a Nação brasileira na lenta e sofrida travessia que nos levou da ditadura à democracia. Refiro-me aos líderes políticos que comandaram a marcha do povo brasileiro na sua luta contra o regime de exceção, implantado em 1964, até a restauração do regime democrático, cujo marco é a eleição de Tancredo Neves, ainda pelo Colégio Eleitoral.

Integraram esta fantástica geração Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro, Miguel Arraes e Leonel Brizola.

É interessante destacar que, em algum momento, quase todos esses homens – a exceção é Leonel Brizola – integraram os quadros do nosso MDB. Leonel Brizola e Miguel Arraes viveram o drama do exílio e só puderam retornar ao Brasil com a promulgação da anistia. O grande Teotônio Vilela veio da Arena para se juntar a nós e para se transformar num dos maiores nomes do MDB ao sacrificar sua vida pela redemocratização. Após o restabelecimento do pluripartidarismo houve a dispersão. Mário Covas e Franco Montoro foram para o PSDB. Miguel Arraes comandava o PSB quando de sua morte. Leonel Brizola fundou e dirigiu até falecer o PDT. Tancredo Neves fundou e dirigiu por algum tempo o Partido Popular.

Ulysses Guimarães liderou o MDB e, depois, o PMDB, ao longo de toda a luta contra o arbítrio. Independentemente de suas filiações partidárias, todos eles foram líderes políticos de reconhecimento nacional.

Deve-se ressaltar que foram também grandes administradores. Miguel Arraes governou Pernambuco em três oportunidades. Brizola comandou o Rio Grande do Sul, no início dos anos 60, e, depois da redemocratização, dirigiu por duas vezes o Estado do Rio de Janeiro. Tancredo Neves governou Minas Gerais. Franco Montoro e Mário Covas comandaram o governo paulista. Teotônio Vilela foi vice-governador de Alagoas. Único a não administrar um Estado, Ulysses Guimarães foi um extraordinário articulador político. Com a morte desses homens, o Brasil perdeu suas grandes referências no campo político. Não sei se essa geração terá substitutos à altura.

Creio que acabe aqui, nesta apresentação, um breve depoimento a respeito do grande comandante das oposições na luta pela redemocratização brasileira, o doutor Ulysses Guimarães, do nosso MDB. Conheci o doutor Ulysses ao tempo da extinção dos partidos brasileiros, em 1965, que nos levou a um forçado bi-partidarismo. Vinha eu do PTB; o Dr. Ulysses era originário do PSD. Conheci o Dr. Ulysses quando ele era ministro do gabinete do Dr. Tancredo Neves e eu exercia mandato de deputado estadual. Reencontrei Ulysses no MDB, sendo ele deputado federal por São Paulo.

É difícil encontrar uma figura com uma participação tão significativa na história do Brasil, como o Dr. Ulysses. Tenho relacionado a figura dele à de Moisés, que conduziu seu povo durante 40 anos e, quando chegou a hora de atravessar o rio para chegar na terra prometida, ouviu de Deus: “Você não vai atravessar”. Na verdade, o Dr. Ulysses atravessou todos os obstáculos, só não chegou à presidência da República.

A caminhada do Brasil para se libertar do regime militar, por democracia, anistia, eleição direta e Constituinte foi comandada

pelo doutor Ulysses. A Arena era o partido do apoio irrestrito ao governo, dos governadores nomeados e dos senadores biônicos. O MDB era o partido de oposição num tempo de sindicatos manietados, professores expurgados das universidades, estudantes punidos e proibidos de estudar.

O jornal *O Estado de S.Paulo* publicava poemas de Camões e receitas culinárias para protestar contra a censura de suas reportagens e artigos. Só havia a oposição do MDB, e dentro desse MDB a voz mais forte era a de Ulysses Guimarães. Houve movimentos de insurreição, mas o movimento que verdadeiramente derrubou o regime militar foi o liderado pelo Dr. Ulysses.

O doutor Ulysses, além de debater e lançar idéias no partido, viajava muito. Escutava a sociedade. A Lei Orgânica dos Partidos, inspirada pelo Marechal Castelo Branco, determinou grandes exigências para a constituição de diretórios municipais ou estaduais. Sem esmorecer, Ulysses viajava pelo País e dizia às pessoas que elas deviam ser corajosas, lutar pela democracia: “Vocês que não podem entrar em sindicato, que não podem entrar em universidade, venham para o MDB”. O MDB acabou se transformando num guarda-chuva em que se abrigaram todos os que discordavam da ditadura militar e queriam restabelecer a democracia.

Em abril de 71, apresentamos à Nação a famosa declaração de Porto Alegre, do Movimento Democrático Brasileiro. Foi a primeira vez, naquela altura, que se falava na necessidade de uma Constituinte. Alguns da oposição achavam que votar era reconhecer o regime. Mas, na verdade, usamos o voto para derubar o regime.

Como em todo partido, havia problemas, dificuldades, ciu-meira. O MDB era integrado por líderes de forte personalidade, como Miguel Arraes, Teotônio Vilela, Tancredo Neves, Franco Montoro, Nelson Carneiro e Amaral Peixoto. Com o seu estilo de grande articulador, o Dr. Ulysses conseguiu conciliar esses homens experimentados.

O MDB dividia-se em moderados e autênticos. A ala moderada do partido era liderada por Ulysses, Tancredo Neves e Thales Ramalho. Eu era do grupo autêntico, que defendia a convocação de uma Constituinte, a anistia, a libertação de presos políticos e denunciava a tortura. Aos poucos, com o passar do tempo, o Dr. Ulysses foi se identificando com a linha dos autênticos. Evoluiu na direção em que a sociedade evoluiu. Ulysses se adaptou e acabou se tornando o mais autêntico dos autênticos.

A Constituinte, comandada por Ulysses, veio para substituir 20 anos de regime militar, em que o Congresso não podia legislar, mudar o orçamento ou criar uma só despesa. Quando instalou-se a Constituinte, o Congresso não sabia quanto tempo ia durar a prática democrática e, então, os constituintes colocaram de tudo em pauta, como se fosse a última vez em que iam legislar.

A Constituinte se desenrolou em um momento da história mundial em que havia forte influência da divisão entre esquerda e direita. Na promulgação, ainda não havia caído o muro de Berlim e ainda existia a União Soviética. Portanto, é preciso analisar a Constituição de 88 à luz do pensamento dominante na época. O Dr. Ulysses foi um fator decisivo para o sucesso daquela Constituinte. No comando das sessões, ele chegava a ficar 12 horas sem se levantar.

Cabe aqui, também, a inclusão de algumas palavras sobre o outro grande líder da oposição, Tancredo Neves, um dos mais destacados políticos brasileiros do século passado. Ele começou cedo na vida pública, aos 24 anos, quando se elegeu vereador em São João Del Rei. Foi preso em duas oportunidades durante o Estado Novo, em 1937 e em 1939. Elegeu-se para a Câmara dos Deputados em 1950 e, pouco depois, indicado foi ministro da Justiça no segundo governo Vargas. Teve papel central no episódio que terminou com o suicídio do presidente.

Também, em 1961, na crise que se instalou após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, Tancredo Neves teve um desem-

penho extraordinário. Foi ele quem apresentou a tese de adoção do parlamentarismo, a fim de garantir que João Goulart assumisse o governo. Nessa ocasião, tornou-se o primeiro-ministro.

Em 1964, veio o golpe que instalou um regime controlado pelas Forças Armadas. A partir de então, por mais vinte anos, Tancredo Neves militaria na oposição, que estava concentrada no MDB. Ao lado do doutor Ulysses Guimarães, foi um dos comandantes do nosso partido na longa luta contra o arbítrio. Era um político extremamente hábil, mas também muito firme nas suas posições.

Em 1978, Tancredo Neves foi eleito senador e, em 1983, foi escolhido pelo povo de Minas Gerais para ser o governador daquele estado. Em 1984, o País foi sacudido pela Campanha das Diretas-Já, que, infelizmente, acabou sendo derrotada no Parlamento. Tancredo Neves era o nome mais forte da oposição para enfrentar o candidato do regime militar.

Em 1985, numa eleição indireta, no Colégio Eleitoral, Tancredo acabou sendo indicado por uma coligação de partidos. Em 15 de janeiro daquele ano, por 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf, elegeu-se Presidente da República. O movimento que levou à vitória de Tancredo foi uma das mais complexas e bem-sucedidas articulações políticas da história do País. O trabalho começou quando ele se elegeu governador de Minas. Após a derrota da emenda das Diretas-Já, ele foi conquistando apoios. Participou da montagem da Aliança Liberal, que permitiu a união do PMDB com os dissidentes do PDS (o partido que havia sucedido a Arena).

A verdade é que Tancredo Neves enfrentou uma agenda de campanha muito intensa. Sofreu fortes dores no estômago nos dias que antecederam à sua posse. Mesmo aconselhado por médicos a se tratar, ele teria dito que só o faria após a posse. No fundo, ele temia que os militares mais radicais se recusassem a passar o poder ao seu vice-presidente. Na véspera de sua pos-

se, acabou sendo internado às pressas no Hospital de Base de Brasília com fortes dores abdominais. Sofreria, a seguir, um total de sete cirurgias.

Relembro aqui os dramáticos acontecimentos de 15 de março de 1985, dia em que Tancredo Neves iria assumir a presidência da República, data que marca a nossa efetiva volta à redemocratização.

No dia 14 de março de 1985, estavam em Brasília dezenas de delegações estrangeiras para presenciarem nossa reconciliação com a democracia. À noite, estávamos nós, os ministros futuros, em embaixadas que davam recepções em homenagem à vitória de Tancredo Neves.

Eram aproximadamente 22 horas e eu estava na Embaixada da Argentina, quando o Dr. Ulysses me telefonou pedindo que eu fosse, depressa, para o Hospital de Base. Fui até lá sem saber o que iria encontrar. Quando cheguei lá, discutia-se a necessidade de uma operação cirúrgica de Tancredo Neves, internado naquele hospital.

Tancredo Neves não queria ser operado porque havia recebido informações de que, se não assumisse, o General Figueiredo não passaria a faixa presidencial ao Vice-Presidente José Sarney. Porém, mesmo contra sua vontade, Tancredo Neves foi operado.

Começou, então, um debate sobre a posse. José Sarney, como vice-presidente, só poderia assumir no impedimento do presidente, mas o presidente ainda não fora empossado. Havia quem julgasse que deveria assumir o Dr. Ulysses Guimarães, então Presidente da Câmara dos Deputados. A discussão foi resolvida pelo General Leônidas Gonçalves, que se decidiu por Sarney. O Dr. Ulysses Guimarães concordou com ele e, assim, assumiu José Sarney. Foi dessa forma que teve fim o regime militar.

Pois bem, após uma longa agonia, acompanhada com emoção, por todo o povo brasileiro, o formidável político mineiro

veio a falecer em 21 de abril, vítima de infecção generalizada, aos 75 anos. Houve, na época, um clima de comoção nacional: afinal, Tancredo Neves seria o primeiro presidente civil após o Golpe de 1964. Teve um dos maiores funerais da história brasileira. Estima-se que, entre São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rey, mais de 2 milhões de pessoas viram passar o esquife.

Quero, também, registrar algumas palavras sobre o excepcional brasileiro que foi Teotônio Vilela. Nascido em 1917, em Viçosa, Alagoas, ele chegou ao Senado Federal em 1967. Reeleger-se-ia mais uma vez, em 1975, mas acabaria não cumprindo seu segundo mandato, vindo a falecer em 1983. Sua atuação, sem dúvida, está entre as mais impressionantes da história do Senado brasileiro. Teotônio chegou à Câmara Alta eleito pela Arena, o partido que dava sustentação ao governo da época. No entanto, acabaria, depois, unindo-se a nós, no PMDB, e se transformaria num dos mais aguerridos lutadores pela redemocratização.

Foi um excepcional ser humano. Carismático, eletrizava as multidões com suas palavras. Mesmo doente, peregrinou por todo o País levando sua mensagem de libertação. Seu idealismo envolvia a totalidade dos estratos humanos nacionais, sem distinções de classes, ideologias, formação cultural, haveres materiais ou convicções religiosas. Desfrutava, pela sua inteireza pessoal, pela sua atuação militante, de uma dimensão invulgar na galeria dos nossos homens públicos.

Cultivava sonhos de união entre todos os brasileiros, foi um patriota que alardeava sua inabalável fé num futuro radioso para o povo brasileiro. Era corajoso, porém sereno. Sabe-se que em seu primeiro discurso público, ainda como estudante secundarista no Recife, aos quinze anos, Teotônio Vilela provocou uma séria crise no colégio jesuíta do Recife. Era fascinado pelos ensinamentos de Jean Jacques Rousseau, pela leitura do seu *Contrato Social*.

Participação e solidariedade eram as palavras que mais empregava desde sua juventude. Teotônio tinha um discurso direto, contundente. Quando os próprios membros do regime militar começaram a falar numa volta à democracia, adotando a expressão “abertura lenta, gradual e segura”, Teotônio Vilela disse: “Não há meia ditadura, como não existe democracia por metade”.

Teotônio Vilela não discutia a legalidade dos governos ditos revolucionários, considerando perda de tempo qualquer reflexão a respeito. Centrava seu interesse na legitimidade deles. “Leis se fabricaram e fabricam aos montes, com a irresponsabilidade e a instabilidade que caracterizam os interesses em jogo. Interesses do sistema e de quantos por ele respondem e dele se aproveitam, fora e dentro do País. Legitimidade, porém, somente o povo – o brasileiro – pode dar”.

Indignado com a penúria em que vivia grande parcela da população brasileira, disse certa vez; “Não há maior dívida hoje em dia do que a dívida social, que transformou nossa maioria populacional em escravos modernos de uma República violada e corrompida.”

Devemos registrar, ainda, entre os mais destacados na luta pela reconquista da democracia, o paulista Mário Covas Júnior, excepcional administrador público, orador brilhante, dono de forte personalidade, homem da maior integridade. Nasceu em dia 21 de abril de 1930, na cidade Santos, e segundo seus biógrafos, sua vocação para a política foi precoce. Diz-se que Covas, aos catorze anos, surpreendeu seu pai – o português Mário Covas – ao dizer que gostaria de realizar dois sonhos: ser prefeito da sua cidade e presidente do Santos Futebol Clube.

Mário Covas cresceu em Santos, só saindo de lá em 1947. Formado, pela Escola Politécnica, da Universidade de São Paulo, engenheiro civil, em 1955, regressa. No ano seguinte, começa a trabalhar na Diretoria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura

de Santos. Ali descobriu sua vocação para a administração pública.

Diz-se que Covas empenhou-se muito no trabalho solidário em função das grandes chuvas que desabrigaram muitos moradores de Santos. Depois, quando acompanhava um debate na Câmara Municipal de Santos, um amigo se aproximou dele e escutou a seguinte frase: “Sabe, meu chapa, é disso que eu gosto”. Era mais uma confissão de amor pela política.

Cinco anos depois, em 1961, com o apoio de Jânio Quadros, disputou a eleição para a prefeitura de Santos, mas perdeu. No ano seguinte, foi eleito deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST). Parlamentar brilhante, apenas dois meses após tomar posse na Câmara, foi escolhido vice-líder de seu partido.

Em 1964, após a instalação do regime militar, o Congresso Nacional elegeu, indiretamente, o General Castello Branco para a Presidência. Como forma de protesto, Covas votou no Marechal Juarez Távora, que não concorria ao cargo.

Em 1965, com a instalação do bipartidarismo, Covas filiou-se ao nosso MDB, pelo qual se reelegeu, em 1966, deputado federal. No ano seguinte, foi escolhido líder do MDB na Câmara, cargo em que se mostrou grande orador e parlamentar destemido. Em 1968, comandou os deputados do MDB na célebre sessão que negou licença ao governo para processar o Deputado Márcio Moreira Alves, acusado de fazer um discurso ofensivo aos militares.

Em 12 de dezembro de 1968, líder do MDB, Covas subiu à tribuna da Câmara para defender Márcio Moreira Alves. Na ocasião, disse: “Como acreditar que as Forças Armadas brasileiras, que foram defender em nome do povo brasileiro, em solo estrangeiro, a democracia; no mundo, colocassem como imperativo de sua sobrevivência o sacrifício da liberdade e da democracia no Brasil?”

No ano seguinte, por força do AI-5, Covas teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Dois meses depois, foi preso e passa dez dias em um quartel da Aeronáutica, em São Paulo.

Em 1979, recuperou seus direitos políticos e filiou-se ao PMDB. Em 1982, foi eleito deputado federal com 300 mil votos pelo PMDB para seu terceiro mandato como deputado federal. Em 1983, foi nomeado prefeito de São Paulo pelo então governador Franco Montoro. Em 1986, elegeu-se senador. No ano seguinte, ajuda a fundar o PSDB e é escolhido seu primeiro presidente.

Em 28 de junho de 1989, escolhido pelo PSDB candidato a presidente, fez no plenário do Senado o primeiro discurso da campanha, conhecido como o do “choque de capitalismo”. “Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios”.

Em 1994, foi eleito governador de São Paulo no primeiro turno das eleições. Em 1998, é reeleito, mas vem a falecer em 2001.

Cabem aqui, igualmente, umas palavras sobre o grande André Franco Montoro, outro dos mais destacados líderes na luta pela redemocratização. Montoro nasceu na capital do Estado de São Paulo, em 1916 e lá começou sua vida pública como vereador, em 1950, pelo PDC. Foi deputado estadual em 1955, também pelo PDC. Por essa mesma sigla, exerceria dois mandatos de deputado federal, em 1959 e em 1963. Seria mais uma vez deputado federal, em 1967, mas já pelo MDB. Chegou ao Senado em 1971, pelo MDB, e reelegeu-se em 1979. Chegou a governador de São Paulo, em 1983, pelo PMDB. Em duas outras oportunidades, reelegeu-se deputado federal, em 1995 e em 1999, pelo PSDB.

Parlamentar atuante, foi líder do PDC, em 1956; foi presidente nacional do PDC, em 1965; liderou o MDB; foi primei-

ro-vice-presidente, entre 1966 e 1968, e membro da Executiva Nacional do MDB; foi membro da Executiva Nacional do PMDB entre 1980 e 1988. Foi presidente nacional do PSDB, entre 1989 e 1992.

Com forte vocação para o magistério, que exerceu sempre que possível, Franco Montoro gostava de se dedicar à formação dos jovens, em especial de quadros partidários e de administradores públicos. Foi professor de Lógica, Psicologia, Filosofia e História da Filosofia do Colégio São Bento; foi professor de Instituições do Direito e Sociologia, na Faculdade de Serviço Social; professor de Filosofia Social, Ética e Fundamentos Sociológicos; e, ainda professor Catedrático de Introdução à Ciência do Direito.

Começou sua vida no Partido Democrata Cristão, defendendo as idéias que renovaram a Democracia Cristã internacional, sob a inspiração do teólogo francês Jacques Maritain e do Concílio Vaticano II.

Franco Montoro considerava dever dos governantes abrir espaço à participação dos governados nas estruturas de poder. Defendia a manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Afirmava que o sindicalismo era a mais legítima forma de representação dos assalariados. Aliás, a luta por medidas em benefício dos trabalhadores e suas famílias foi outra constante em sua atuação política, como demonstra o salário-família, criado por sua iniciativa nos anos 60.

Além de sua forte preocupação com as desigualdades sociais, era rigoroso na sua austeridade e na defesa do equilíbrio fiscal, que julgava essencial ao bom governante. Na sua passagem pelo Palácio dos Bandeirantes, sancou as finanças estaduais.

Franco Montoro foi um defensor intransigente dos princípios democráticos. Foi um dos principais motivadores da campanha das “Diretas-Já”. Pragmático, transformava suas teorias e a doutrina da justiça social que pregava com propostas e ações

e concretas. Franco Montoro veio a falecer em 1999, quando era presidente de honra do PSDB, partido do qual fora um dos fundadores.

Preciso mencionar aqui, também, o bravo Leonel de Moura Brizola, meu conterrâneo, nascido em 1922 no povoado de Cruzinha, que pertenceu a Passo Fundo (RS) e que depois passou à jurisdição de Carazinho (RS). Era filho de lavrador. Seu pai foi assassinado na Revolução Federalista de 1923. Foi alfabetizado por sua mãe, dona Onívia. Em 1936, Brizola ganhou uma passagem da prefeitura de Carazinho e foi estudar em Porto Alegre, onde trabalhou como engraxate, ajudante de farmácia e ascensorista. No Instituto Agrícola de Viamão, formou-se técnico rural em 1939.

Em 1940, obteve emprego no serviço de parques e jardins da prefeitura de Porto Alegre. Para continuar seus estudos, matriculou-se no Colégio Júlio de Castilhos, onde fez o supletivo. Em 1945, começou a cursar engenharia civil na Universidade do Rio Grande do Sul, formando-se em 1949.

Ainda no primeiro ano de faculdade, simpatizante de Getúlio Vargas, ingressou no PTB, no primeiro grupamento do partido. Com apenas 25 anos, em 1947, elegeu-se deputado estadual, participando da elaboração da Constituição gaúcha. Deu início, então, a uma das mais brilhantes trajetórias políticas da história recente do Rio Grande do Sul.

Em 1950, Brizola casou-se com Neuza Goulart, irmã do então deputado estadual João Goulart. O padrinho do casamento foi o próprio Getúlio Vargas. Em março de 1951, Brizola tornou-se líder do PTB na Assembléia Legislativa e pouco depois se candidatou a prefeito de Porto Alegre. Perdeu o pleito por pouco mais de 1% dos votos.

Em 1952, foi nomeado secretário de Obras no Governo Ernesto Dornelles (PTB). Em 1954, elegeu-se deputado federal pelo PTB em outubro de 1954. Tomou posse na Câmara em 1955 e, em outubro daquele mesmo ano, foi eleito prefeito de Porto Alegre.

Marcou sua gestão pela construção de escolas primárias e melhoria dos transportes coletivos na cidade. Em 1958, foi eleito governador, com mais de 55% dos votos. Criou a Caixa Econômica Estadual e adquiriu o controle acionário do Banco do Rio Grande do Sul. Criou a Aços Finos Piratini. Encampou a Companhia Telefônica Rio-Grandense, uma subsidiária da ITT. Construiu 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios e escolas normais.

Pouco depois, Brizola protagonizaria um dos mais importantes episódios na nossa história republicana: a Legalidade, quando evitou que João Goulart fosse impedido pelos militares de tomar posse como sucessor de Jânio Quadros, que havia renunciado. Brizola, após 1964, amargou um longo exílio. Mas, retornando ao Brasil, em 1979, criou seu partido, o PDT, do qual foi o comandante incontestado até sua morte ano passado.

Encerro esta breve apresentação falando da extraordinária figura de homem público que foi Miguel Arraes. Sua morte encerrou um ciclo de grandes líderes: carismáticos, decididos, habilidosos e firmes. Arraes foi o representante nordestino dessa geração. Dono de uma vitoriosa carreira política foi prefeito da capital, três vezes governador e deputado federal, mas sempre fez questão de se dizer um representante do povo mais humilde do Nordeste. Sua habilidade política fez com que ele, sendo de esquerda, soubesse negociar com as classes dominantes. Foi pioneiro em obter um inédito acordo que levou os trabalhadores dos canaviais a terem suas conquistas, deixando para trás um sistema praticamente feudal.

Fui testemunha do grande respeito do povo de Pernambuco a Miguel Arraes. Fui ao seu sepultamento. Era impressionante a tristeza, a dor da gente mais simples, vinda do interior do estado, pessoas que por muitas horas permaneciam na fila para levar seu último abraço ao grande Miguel Arraes.

É difícil encontrar na política brasileira alguém com a coerência e com a fidelidade aos seus princípios como Miguel

Arraes. Lembro que na direção do PMDB, do velho MDB, nada se fazia sem ouvir o Arraes. O doutor Ulysses me pedia que interviesse junto ao doutor Arraes, no sentido de dizer a ele que vivíamos numa ditadura militar, o que não nos permitia fazer tudo o que queríamos. Mas o Miguel Arraes era inflexível.

O doutor Arraes, que não se dava ao luxo de nada, a não ser da luta permanente e constante pela derrubada da ditadura. Escutei de um dos seus filhos que ele não era dado à religião, mas contava que sua mãe lhe ensinara uma lição: “Olha, Miguel, se quiseres acreditar em Deus ou não, tudo bem, mas te dou um conselho: quando tiveres um problema muito difícil, reza três Ave-Marias”. E Arraes dizia que, nas horas mais difíceis, rezou as três Ave-Marias, que lhe fizeram muito bem.

Miguel Arraes foi um homem de bem, correto, digno. Teve grandes vitórias: foi eleito três vezes governador, foi prefeito. Teve dificuldades: foi cassado. Foi cassado, humilhado, mas seu nome passa agora a ser incluído na lista dos grandes heróis da Pátria.

Sinto hoje uma grande saudade dos tempos em que convivi com tão grandes brasileiros. Foi uma grande alegria conviver no MDB com todos os outros grandes líderes do partido à época: Ulysses, Tancredo, Teotônio, Covas, Arraes e Montoro. Durante anos, passamos milhares de horas reunidos, varando noites, conversando, debatendo os grandes problemas nacionais. Foi uma experiência única ter enfrentado, ao lado desses homens, uma ditadura militar brutal. Essa geração terminou com a morte de Arraes.

Agora, vinte anos passados da morte de Tancredo Neves e quarenta anos após a instalação do regime militar, é possível compreender a verdadeira importância do trabalho levado a cabo por essa grande geração de líderes políticos. Ulysses, Tancredo, Covas, Montoro, Teotônio, Arraes e Brizola ajudaram a constituir a democracia que aí está consolidada. O Brasil deve muito a esses homens.

Pedro Simon

VINTE ANOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO

(Pronunciamento em 15 de março de 2005)

Senhor Presidente, distintas autoridades que compõem a Mesa – Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Ministro Aldo Rebelo; amigo Governador de Minas Gerais, companheiro Aécio Neves; -, Ministros, ex-Ministros, Governadores, Senadoras, Senadores, Senhoras e Senhores, estamos aqui, vinte anos depois. Quero crer que, ao lembrar o que ocorreu no dia 15 de março, devemos lembrar a história toda, que começou com a derrubada do Sr. João Goulart, em 1964. Após longos anos de dor, de luta, de sacrifício do heróico povo brasileiro, muitos anônimos e muitos conhecidos, chegamos àquele dia 15 de março.

Foi uma luta de um povo contra o regime militar. Foi uma luta brava e corajosa, que, no início, parecia sem razão, sem expectativa de chegar a um objetivo. Aquele Governo era tão forte, tão firme, que parecia o Estado romano. Parecia que aqueles que contra ele se levantavam não tinham significado maior. Na verdade, a luta era quase anárquica: cada um fazia o que achava certo e não havia um objetivo.

Lembro-me bem de que os líderes da oposição, sob o comando do seu extraordinário chefe, Dr. Ulysses Guimarães, reuniram-se e disseram: “Nós temos que ter uma estratégia para levar a nossa caminhada”.

E o esquema foi traçado. Foi lançada a chamada Carta de Porto Alegre. Decidimos que podiam fazer oposição como bem

quisessem, mas o MDB entraria na luta com quatro objetivos: diretas já, anistia, assembléia nacional constituinte e fim da tortura. Nós entraríamos na luta com essas quatro bandeiras. Fora disso, quem quisesse campanha de guerrilha, de luta armada, de renúncia coletiva, de dissolução de partido, podia ir nesse sentido. Nós não estaríamos naquela caminhada.

De saída, colocamos na rua a primeira das bandeiras: Diretas Já, proposta na emenda do nosso querido companheiro que aqui está, Dante de Oliveira.

No momento em que a oposição se harmonizou e deu um sentido ao seu trabalho, ela se multiplicou. O povo passou a compreendê-la, e ela passou a avançar. A campanha das Diretas foi, talvez, uma das mais extraordinárias que o Brasil já conheceu. Foi uma campanha que levaria à vitória absoluta a Emenda Dante de Oliveira. Ela teria sido aprovada se não tivessem os militares, nas suas últimas chances de fazer algo, cercado o Congresso Nacional e lançado nota assustando os parlamentares, dizendo que tudo poderia acontecer se a emenda fosse aprovada. Houve ampla maioria, mas não foi obtido o *quorum* necessário porque mais de cem parlamentares ficaram com receio de chegar ao Congresso, que estava cercado. Faltaram oito votos para atingir o *quorum* necessário para aprovar a Emenda Constitucional. Ela foi derrotada. Parecia que o caminho seria o de sempre: uma anticandidatura, já que o MDB e os outros partidos não aceitavam o Colégio Eleitoral. Também nós não concordávamos com o Colégio Eleitoral porque ele tinha dado garantia à posse de cinco generais ditadores.

Desde o início, defendíamos a tese de que, se as diretas já fossem aprovadas, o candidato seria o Dr. Ulysses, mas se o Colégio Eleitoral fosse o caminho, o candidato seria o Dr. Tancredo. Então se levantou a tese de que não podíamos deixar assumir, ainda mais naquela ocasião. Teríamos de ir para o Colégio Eleitoral e derrotar o candidato do regime Paulo Maluf,

o que foi feito. Para isso, muito importante foi o trabalho de José Sarney, então Presidente do PDS. Sarney rompeu com o PDS e assumiu o comando de alguns companheiros seus e, tendo à frente Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, o grupo discordou da candidatura de Maluf. E passaram a integrar o movimento a favor da campanha de Tancredo Neves.

E aquilo que parecia impossível deu certo.

Apesar do medo, da campanha e da pressão no sentido de que não poderiam votar, de que o voto de arenistas em Tancredo não deveria valer, de que poderia acontecer isso ou aquilo, a verdade é que houve a vitória. Tancredo e Sarney foram eleitos.

Memorável dia, extraordinário dia daquela vitória, em que se sentiu realmente que aquela luta popular, aquele sentimento, aquela alma do povo que vinha angustiada pelas injustiças, buscando a democracia e buscando a liberdade sem sangue, sem violência, era vitoriosa. E o Dr. Tancredo Neves passou a organizar o seu governo. Um homem de coragem, com a sua história. Jovem ministro da Justiça de Getúlio Vargas, na hora em que, às vésperas em que Getúlio foi levado ao suicídio, traído pelo seu ministro da Guerra, ele, Tancredo, tinha dito ao Dr. Getúlio: “Presidente, me nomeie Ministro que eu termino com essa luta e Vossa Excelência ficará na Presidência”. Mais tarde, primeiro-ministro no regime parlamentarista imposto a João Goulart, iniciou um governo extraordinário. Mas, já estava em andamento a luta entre Juscelino e Lacerda para a sucessão presidencial, derrubaram o Parlamentarismo e Tancredo não pôde continuar.

Governador de Minas, o seu preparo era imenso. E tenho certeza de que se preparou para fazer um excepcional governo.

Cheguemos no dia 14 de março de 1985. No Brasil, dezenas de delegações, reis, presidentes da república, primeiros-ministros, delegações dos mais variados países vinham, com alegria, ao Brasil para ver o grande País abrir as portas para a democracia. Naquela noite, todos nós, inclusive os ministros futuros, está-

vamos cada um com a responsabilidade de ir a uma embaixada, porque todas elas estavam fazendo recepções, homenagens, à vitória de Tancredo e Sarney.

Eram aproximadamente 22 horas e eu estava na Embaixada da Argentina, quando o Dr. Ulysses me telefonou, dizendo: “Venha já para o Hospital de Base!” Ele desligou o telefone, e fui sem saber o que iria encontrar. Quando cheguei lá, no último quarto antes da ala fechada, lá estava o Dr. Ulysses. Depois, chegou Marco Maciel; o então Presidente do Senado; o Sarney; e em seguida, o General Leônidas. E várias pessoas estavam ali debatendo e discutindo o destino do Dr. Tancredo. Aí é que soube que os médicos de Tancredo queriam operá-lo, mas ele dizia que não seria possível, pois, até as 10 horas do dia seguinte, tinha a obrigação de ficar firme e assumir a Presidência, uma vez que havia recebido informações de que, se não assumisse, o General Figueiredo não passaria a Presidência ao Sr. José Sarney.

Houve essa discussão durante determinado tempo. Estávamos ali, e o Ministro da Fazenda, Sr. Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, fazia a ligação, era o único que entrava no quarto, falava com os médicos e vinha conversar conosco para ouvir o pensamento. Era ele que nos dizia: “Tancredo não quer a cirurgia. Acha que não pode, que ele tem que assumir”. Depois, voltou dizendo: “Mas os médicos acham que ele tem que ser operado, e ele vai ser operado”.

Evimos quando passou a maca, levando Tancredo para a mesa de cirurgia. Ficamos nós no quarto, e aí se perguntou: e quem assume? Assume o Dr. Sarney, Vice-Presidente da República, no impedimento do Presidente. Mas o Presidente ainda não assumiu, ainda não é Presidente. Assume o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara? Esta era a tese do jurista Sr. Leitão de Abreu: defendia que deveria assumir o Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara, porque o Dr. Sarney ainda não era Vice-Presidente. Se Tancredo não era Presidente, Sarney não poderia assumir.

Em meio a essa discussão entrou o General jurista Leônidas, que pegou a Constituição e disse: “Assume o Dr. Sarney”. Eu estava preparado para responder que divergia, quando o Dr. Ulysses disse: “Eu concordo com o General, assume o Dr. Sarney”. Realmente, assumiu o Dr. Sarney.

Mais tarde, falei com o Dr. Ulysses: mas por que isso? Ele disse: “Se o General Leônidas, Ministro do Exército, que está coordenando todo o nosso trabalho, inclusive evitando as dúvidas que tem com relação aos focos de resistência militar, acha que esse é o caminho, eu vou ser contra? Vou criar uma crise? É esse o caminho”. E o Dr. Sarney, justiça seja feita, por ele assumiria também o Dr. Ulysses. Foi um gesto bonito que vi ali, onde os dois candidatos, despreocupados com a sua posição pessoal, buscavam a melhor saída para o País.

E fomos para a posse. Assumiu o Presidente Sarney, e fez um governo com o maior respeito e com muita dignidade.

O Dr. Sarney, é claro, teve que enfrentar o drama. Ele não tinha se preparado, ele não tinha organizado ministérios, não tinha planos de governo, a sua expectativa era de ser um bom vice-presidente, colaborando com o Presidente da República da melhor maneira possível. E, de repente, cai a presidência na cabeça dele. E ele agiu com grande dignidade, com grande capacidade, fez o que podia. É claro que não podia fazer o que o Tancredo faria porque não era o Dr. Tancredo, não tinha nem o passado, nem a biografia do Dr. Tancredo. Mas sou obrigado a reconhecer que o Dr. Sarney convocou a Assembléia Nacional Constituinte, abriu os partidos políticos, fez um governo democrático, tentou de todas as formas acertar e chegou ao Plano Cruzado – eu reconheço. Mas sinto que pagamos um preço alto com a morte do Dr. Tancredo, que era o homem que estava preparado, na história e no destino, para desempenhar o mandato, mas, lamentavelmente, assim não aconteceu.

Que história fantástica que nós não podemos esquecer! Dia 21 de abril é o dia de Tiradentes, é o dia que, esquartejado, Tiradentes foi morto por defender a independência do Brasil. Dia 21 de abril foi a data que, esquartejado por sete cirurgias, morreu o Dr. Tancredo e deixava a dor, a luta e o sofrimento no povo brasileiro.

Nesse cenário de lembranças dolorosas, lembro, com profunda saudade, um homem extraordinário, de um mártir, o grande Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que percorreu o País, empolgando e arrastando as multidões numa verdadeira pregação idealista e democrática. Ele foi nosso irmão e nos encorajou com seu exemplo. Saudades imensas!

Mas, hoje é um dia de festejar, sim. Vinte anos atrás, tínhamos um duplo sentimento. A nossa alma, a alma do povo brasileiro vivia a alegria, a felicidade do fim da ditadura, do início da democracia, mas vivia a dor e o sentimento da doença do presidente.

Vinte anos depois, olhando para trás, creio que a nossa geração fez a sua parte. A nossa geração, que lutou contra o regime militar, que terminou com o regime militar, que assumiu com o Dr. Sarney, teve um papel importante na história do Brasil.

Hoje, tanto tempo passado, podemos dizer: a democracia está consolidada, sim. Vivemos um regime de plenitude democrática, sim. Mas somos obrigados a reconhecer que nós, da nossa geração, cumprimos a missão de entregar o Brasil livre, democrático, sem derramamento de sangue em sua plenitude, mas até hoje temos a dívida do social. Até hoje, a nossa geração e o Brasil que aí está, e os homens que estão no governo continuam com essa mesma dívida: a miséria, a fome, a gigantesca dívida, as incompreensões, os graves equívocos que existem na sociedade brasileira.

Que hoje seja o dia em que possamos dizer, daqui para o futuro, os jovens que estão aí, tão apaixonados com a vitória re-

tumbante que tiveram, e tão preocupados em acertar a escolha dos ministros para os cargos – cada vez mais numerosos – espero que eles consigam realmente, como prometeram, levar ao povo brasileiro, que já tem liberdade, mas que não tem pão e que não tem justiça, aquilo de que ele precisa. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

TEOTÔNIO VILELA

*(Pronunciamento em 30 de maio de 1984,
em Sessão Solene do Congresso Nacional)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Congressistas, meus senhores e minhas senhoras:

Falo de Teotônio Vilela que, hoje como ontem, um ontem muito próximo, está aqui entre nós. Perspicaz, atilado, com a arrogância dos simples, com a coragem dos valentes e destemidos, dos cultos, que fazem de seu talento e da sua inteligência armas mortíferas contra os néscios, os incompetentes, os impatriotas; os “tontos”, como tanto, a eles, gostava de se referir, irônica e sarcasticamente.

Tenho consciência, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, de que, por mais que falasse sobre Teotônio, pouco acrescentaria ao que o povo já conhece. Sim, porque não existe um rincão, por mais longínquo deste nosso Brasil, em que Teotônio não tenha posto seus pés. Não existe uma “biboca”, segundo seu folclórico e histórico linguajar, em que o “andarilho da liberdade” lá não tenha estado.

Se Deus me deu alguns privilégios, de um deles me orgulho e me ufano, traduzindo esses sentimentos aos meus filhos, amigos e colegas: o de ter convivido e aprendido com um super-homem, um democrata, um justiceiro, um guerrilheiro, um autodidata, um sociólogo, um político, um passarinho, um alagoano, uma flor, um ser humano a que seu pai deu o nome de Teotônio Brandão Vilela. *(Palmas.)*

Teotônio era cristalino, puro e autêntico, contra a vontade de alguns poucos, é verdade que desejariam que ele tivesse nascido do pólo norte, para que jamais neste País se falasse em anistia, eleições diretas, justiça social, participação, moratória.

Para que em tempo algum fossem abertas as masmorras, os cárceres e as prisões e lá continuassem os estudantes, os militares, os políticos, os trabalhadores, os religiosos, os jovens e adultos, homens e mulheres que a exemplo de Teotônio, também nasceram no Brasil, também amaram a sua Pátria.

Uma minoria, insignificante não desejaria que Teotônio tivesse nascido no País pois, dele ficariam livres os grileiros, os escravagistas dos homens da terra, os corruptos, os oportunistas e os entreguistas, vendilhões da Pátria.

Sua voz tonitruante, seus gestos largos, seus passos firmes, seu gargalhar característico ainda ressoam nos presídios, nas auditorias militares, nos Tribunais de Justiça, nos sindicatos, nas ruas, nas praças, nos campos e nas tribunas parlamentares, ora defendendo os oprimidos e injustiçados, a economia brasileira, o solo pátrio, ora pregando a anistia, a abertura, as eleições diretas. Outras vezes divulgando seu “Projeto Brasil” ou “Emergência”, a todo instante paranimfando estudantes, ou recebendo títulos de cidadania.

Nas vias públicas, nas lojas, nos restaurantes, nos pontos de ônibus, nos aeroportos, sua figura era apontada, olhada, admirada, tocada, cumprimentada, por jovens, adultos, senhores e senhoras, religiosos, operários, políticos, enfim todos tinham uma palavra de admiração para com aquela figura extraordinária.

Falamos muito sobre os grandes vultos do nosso passado, mas de Teotônio muito há de se falar sobre suas vidas, que muitas foram, e sobre sua morte física, material, sempre com ênfase, com alegria, com emoção, mas haverá sempre de se falar em Teotônio Vilela.

A voz do povo se fez representar pelos talentos de seus grandes ídolos, Milton Nascimento e Fernando Brandt, interpretado

pela voz da mulher brasileira, emanada do corpo e da alma de Fafá de Belém, na imortal canção, “Menestrel das Alagoas” ode cívica ao seu caráter e personalidade.

Márcio Moreira Alves também legou aos pósteros a trajetória da vida de Teotônio Vilela no excelente livro “Teotônio Guerreiro da Paz”.

Também nas telas do cinema, suas andanças estão imortalizadas pelas câmeras de Wladimir Carvalho e Armando Lacerda com o filme “O Evangelho Segundo Teotônio”.

Espontaneamente, fruto do reconhecimento popular, poemas, artigos, livros de cordel, cópias de VT, cartas e bilhetinhos se acumulavam no seu gabinete.

Era o povo brasileiro, incentivando, dando ânimo, saúde, alento, alimentando aquele corpo inquieto para que forças houvesse e a caminhada e a pregação continuassem.

Se a doença minava, a cada instante, seu já debilitado corpo, sua vontade férrea de servir ao seu povo e ao seu País era revitalizada pela força mental de milhões de brasileiros esperançosos que oravam cada um a seu santo, cada um a seu modo, cada um no seu credo pela vida, pela saúde, pela sobrevivência de Teotônio.

Todos sabiam da verdade, mas ninguém nela queria acreditar.

Nem Teotônio.

Sua doença era um resfriado qualquer, suas dores uma “topada” que dera ao descer do avião ou ao escorregar no banheiro. Câncer era o mal que atacava não a ele mas a Nação, corroendo suas divisas, matando seus irmãos nordestinos, desempregando milhões de brasileiros.

Câncer era a desumana e impatriótica política social, econômica e financeira, imposta ao País.

Esse era o câncer que preocupava Teotônio.

Seu idealismo envolveu a totalidade dos estratos humanos nacionais, sem distinções de classes, ideologias, formação cultu-

ral, haveres materiais, convicções religiosas ou qualquer outro tipo de termo comparativo, capaz de, mesmo eventualmente, apartar brasileiros, no desempenho das responsabilidades comuns.

Essa grandeza pura, sem ganga, despida de artificialismos e incapaz de apelos às conveniências ou interesses deu a Teotônio Vilela, a estrutura monolítica de sua dimensão invulgar, na galeria dos nossos homens públicos.

Foram seus sonhos de brasilidade – belos sonhos de um patriota de inabalável crença na terra e no povo – as origens de todas e cada uma das suas iniciativas explicação da coragem irretocável e do solidarismo sem máculas.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, familiares e amigos.

Em seu primeiro discurso, Teotônio Vilela, então estudante, provocou, pelos conceitos emitidos, uma séria crise no colégio jesuíta do Recife, onde completava seu curso de humanidades.

Esgrimiu com idéias consideradas revolucionárias àquela época, que fora buscar em Jean Jacques Rousseau, pela leitura do “Contrato Social”.

Hasteou alto a bandeira da participação e do solidarismo, para a vibração construtiva dos colegas e o espanto retrógrado dos professores e dos pais.

Tinha 15 anos.

No primeiro dia deste 1984, quando Teotônio Vilela era saudade, voltou a ser destaque com o prêmio “Bertrand Russel” por sua luta pela justiça. Teve, neste ponto a companhia admirável de Alceu Amoroso Lima, o nosso Tristão de Athayde – que mereceu o “Mahatma Gandhi” da Paz.

Refiro-me à promoção do publicitário Carlito Maia realizada pela terceira vez. E de uma singeleza magnífica, em sua forma de premiação, puramente simbólica: não há medalhas, diplomas, troféus ou dinheiro envolvidos. Nesses três anos, Teotônio foi

votado pela segunda vez consecutiva. Neste ano, para reverenciá-lo, o regulamento da premiação foi alterado para permitir a reeleição. Mais importante, ainda: de agora em diante, o prêmio referente à justiça não mais será denominado. “Bertrand Russel”, será prêmio Teotônio Vilela.

Vejo nos dois eventos – aquele discurso aos 15 anos de idade e essa premiação póstuma que o qualificou como um defensor irreduzível da justiça – a linha fundamental de uma vida.

A coerência foi o alicerce inabalável da cidadania que exerceu com dignidade exemplar, hoje reverenciada aqui, numa reprodução fiel dos sentimentos que animam a Nação, mantendo a face voltada para o lado da esperança, numa tão breve quanto completa e definitiva redemocratização.

“Não há meia ditadura, como não existe democracia por metade”, exclamava sempre que alguém lhe falava em “abertura lenta, gradual e segura”.

Tinha razão o saudoso companheiro de jornada cívico-partidária. A lentidão, neste caso, somente interessa aos áulicos, quando não por outros motivos, para arrumarem as contas, destruírem as provas, escamotearem os deslizos e, fundamentalmente, para conspirarem com a finalidade da frustração do processo que se diz em curso, para revertê-lo em proveito próprio e em proveito de seus iguais.

Teotônio não discutia a legalidade dos governos ditos revolucionários, considerando perda de tempo qualquer reflexão a respeito.

Centrava seu interesse na legitimidade deles.

“Leis – dizia e repetia – fabricaram e fabricam aos montes, com a irresponsabilidade e a instabilidade que caracterizam os interesses em jogo. Interesses do sistema e de quantos por ele respondem e dele se aproveitam, fora e dentro do País. Legitimidade, porém, somente o povo – o brasileiro – pode dar.”

Residia nesse ponto sua discordância absoluta com o regime vigente¹, “na concepção corporativo-militar assumida e desenvolvida.”

Nosso ilustre homenageado, neste particular, sublinhava que o Sistema dominante decidira evitar a conscientização do povo, a partir de um trabalho de solapamento das agremiações partidárias e dos políticos, juntamente, com as instituições de expressão democrática. Fez acreditar todos eles inúteis e dispendiosos à Nação, perfeitamente substituíveis, e com vantagens pelos tecnocratas que poupavam o povo de pensar e os afastava da responsabilidade de decisões quanto aos destinos nacionais.

“Foi assim – segundo Teotônio concluía – que transformaram o Brasil no que é hoje: uma Nação sem presente e com seu futuro gravemente ameaçado.”

Na visão crítica de Teotônio Vilela, há, neste particular, uma circunstância histórica, para a qual não se cansava de chamar a atenção nacional: a falta de legitimidade do poder respondia pelo clima de permissividade instaurado no País para o qual os governos nunca tiveram condições políticas de olhar de frente, posto que, sem nenhuma relação com a coletividade brasileira, tais governos obrigaram-se a pagar o preço de fechar os olhos à corrupção e às desonestidades visto, por apoios pretéritos, estarem obrigados a uma sustentação ilimitada, como ilimitada foi a sustentação a eles deferida, na preparação da eclosão de 64.

Teotônio afirmava ser essa a geratriz da mais séria das nossas crises, que dizia, a da credibilidade. Mas acentuava: sua multiplicação pela insegurança dos tecnoburocratas, na gestão do poder a eles delegados.

“Não há maior dívida hoje em dia – dívida desumana, destacava Teotônio, sob forte emoção – do que a dívida social, que transformou nossa maioria populacional em escravos modernos de uma República violada e corrompida.”

Cícero – dizia ele – acusou César de *parricidium patrine* – o mais infamante dos crimes contra a honra: o assassinio da Pátria por seus filhos.

Menestrel das Alagoas, inflamado ao calor do patriotismo que o possuía por inteiro, tinha igual acusação contra aqueles que permitiram o assalto às riquezas brasileiras – humanas e materiais – pelas forças do capitalismo selvagem.

E acrescentava:

“Agora, chegado o momento de prestarem conta, *desesperadamente perdidos na volúpia* de salvar seus privilégios, explicar ao júri da opinião pública o comprometimento de cada um com o triste destino da Pátria, tentam fugir espavoridos do eleitorado real, livre e soberano, escondendo-se nas saias de um Colégio Eleitoral de arrumação, onde pululam todas as mazelas de 20 anos de governos sem legitimidade, sempre de costas voltadas para a Nação.”

Extraio este trecho de reflexões suas, que deixou escritas, para a mobilização candente que fez pelos quatro cantos da Pátria, a saúde de seu espírito desafiando a morte do corpo, já alquebrado pela doença incurável.

Leio Teotônio na Revista do PMDB, editada pela Fundação Pedroso Horta, em maio/junho do ano passado: É hora de todas as forças vivas da Nação se mobilizarem organizadamente na busca de soluções urgentes.

Enfatizando a dívida social como a mais importante de nossas dívidas, por atingir hoje mais de 80% da população “setores da classe média, operariado e, sobretudo, desempregados e subempregados da cidade e do campo”, Teotônio bradava pela preservação e pela ampliação de três pontos, assim enumerados:

“Primeiro, a soberania da Nação, ou seja, a capacidade de decidir nossos próprios caminhos, nossa soberania e nosso destino;

Segundo, a dignidade do ser humano, que compreende o direito aos bens essenciais, ao emprego, à saúde, à educação, à moradia e à vivência plena do Estado de Direito; e

Terceiro, as riquezas do País, como seus recursos naturais, seus parques industriais, sua infra-estrutura física.”

Não está escrito naquele seu artigo, mas posso aqui reproduzir fielmente o que dele ouvi:

“Esta – dizia – é a realidade sobre a qual a Nação tem de atuar com a totalidade de suas energias criadoras e sua histórica coragem cívica.”

“Se a dívida de 100 bilhões de dólares administrada pelo FMI indica, claramente, a perda de nossa soberania, e a dívida interna mostra que o Estado brasileiro serve ao grande capital e aos banqueiros, a dívida social, por sua vez, torna evidente o abismo que separa o Estado da Nação.”

O admirável senso de justiça que estava na base do caráter do nosso homenageado, impedia-o de lançar contra as forças dominantes hoje toda a culpa por essa gigantesca dívida social, muito embora, para ele, fosse indispensável pôr em evidência que a concepção governamental de desenvolvimento, nas últimas duas décadas, tinha o nosso povo como objeto da ação do capital.

No entanto, conforme seu julgamento superior, a dívida social não fora criada de repente. Ele a tinha como histórica, com a idade do primeiro homem que nasceu no regime do colonialismo brasileiro.

Chegava sempre, Teotônio Vilela, ao clímax de sua eloquência privilegiada, quando nos mostrava ser a dívida social a prioridade inadiável e sagrada, no relacionamento da Nação com o seu povo.

Exclamava, então:

“A dívida externa é uma dívida com os banqueiros internacionais; a dívida interna é uma dívida com o capital financeiro nacional; a dívida social é a dívida com o povo.

Os banqueiros – prosseguia Teotônio sempre com entusiasmada e sincera emoção – os banqueiros, as transnacionais e o FMI podem esperar pelo pagamento da dívida externa,

mas essa imensa maioria pobre é que não pode. Não deve e não temos condições de fazê-la esperar.

Ele, porém, não era homem só de acusar e criticar. A preocupação de apontar soluções era constante em seu espírito.

Escreveu, com sua característica simplicidade, que “a dívida social, sem dúvida, para ser saldada, necessitará de um esforço imenso da sociedade, devendo ser aplicada a regra mais simples e justa: contribuirá mais quem tiver mais, contribuirá menos quem tiver menos.

Em contatos informais ia além, asseverando, neste particular, a necessidade já inadiável de darmos um primeiro e decisivo passo no sentido da igualdade de condições, asseguradas ao indivíduo, como membro da sociedade nacional.

Queria ele começar, portanto, pela fixação do sentimento de que cada homem é tão bom quanto qualquer outro e nenhum melhor do que os demais.

Seria, no seu iluminado entendimento, uma reação profunda ao artificialismo dos últimos 20 anos, em cujo período essa dívida social foi, catastroficamente, multiplicada.

O direito de progredir – é dele o pensamento – não pode ter seu cerne na origem social das pessoas, mas na capacitação e nos esforços delas.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, Senhores familiares:

Um dia, desaconselhando-o a fazer uma viagem, pela evidência comovedora do sacrifício que lhe importaria, perguntei-lhe à queima-roupa, diante de sua insistência em não faltar ao convite que lhe fora formulado:

– Afinal, meu irmão, qual é a tua procura?

Sua resposta veio rápida, breve e cintilante:

– Procuro o Brasil dos brasileiros!

O Brasil dos brasileiros, buscado por Teotônio, não é uma abstração.

Ele existe.

Referia-se ele – e com seu pensamento fazemos causa comum – à concretização de oportunidades acessíveis a todos, pondo em primeiro plano de prevalência, o Trabalho sobre o Capital, numa comunidade nacional democraticamente aberta.

O grande clamor nacional, agora, não é – dramaticamente não é – a conquista do direito a uma qualidade de vida, mas do direito à própria vida.

O povo brasileiro já perdeu de vista os números relativos às injustiças que o marginalizam.

Sobrevivendo num dia-a-dia de empobrecimento galopante, mais do que os índices dos especialistas, sente os efeitos pauperizantes de uma política econômica sem um mínimo de solidarismo, e que se mantêm, apesar dos resultados que a ninguém é dado ignorar.

Empunhou a bandeira da moratória para nossa dívida externa – e empolgou a Nação. Costumava dizer que um dos heróis que mais admirava era El Cid, o Campeador, pois sua liderança era tão grande que se exercia até sobre seus inimigos.

Sua pregação era acompanhada sempre da afirmação de sua fé no futuro do Brasil. Teotônio via na participação do povo no poder, a solução de todos os grandes problemas nacionais. A democracia e a liberdade eram a tisana para os males da Pátria. “A democracia – afirmava ele – não é regime de fracos, mas de fortes. A democracia não é regime de escapismo, mas um regime de integral respeito à liberdade”.

A marca de Teotônio Vilela na vida brasileira é tão forte quanto sua vida.

A marca de Teotônio Vilela na campanha da Anistia, quando visitou os cárceres do Brasil e se integrou na realidade brasileira; a marca de Teotônio Vilela na luta pelos trabalhadores do ABC ou onde os interesses deles eram ameaçados; a campanha nacional pelas eleições diretas à Presidência da República, hoje

reivindicação unânime de toda a Nação tiveram em Teotônio e na sua expressão carismática, na força de sua palavra, o impulso propulsor que levaria as multidões à praça pública em todas as cidades brasileiras.

Teotônio é hoje grande vitorioso dessa batalha que, qual El Cid, o Campeador, a quem tanto admirava, continua comandando mesmo após sua morte.

Sua pregação, contida no Projeto Emergência, é hoje uma realidade nacional que o próprio governo reconhece quando, juntamente com outros governos da América Latina, sugere a moratória que Teotônio dizia ser a imposição de “uma decisão corajosa e soberana de condicionar o pagamento da dívida externa ao volume de recursos disponíveis na economia brasileira, sem prejuízo da continuidade de nosso processo de desenvolvimento e sem impor sacrifícios desproporcionais à classe trabalhadora e ao povo brasileiro.”

“Para tanto – diz o Projeto Emergência – é necessário um período de carência em todos os pagamentos no exterior”.

Concordamos em que, um grupo no poder como este que comanda a Nação, pode não ter autoridade para uma medida tão drástica. Mas o fato de que este grupo, apesar de subordinado e comprometido, reconhece de público necessidade da moratória, indica, por si mesmo, toda a verdade contida no Projeto Emergência, que Teotônio apresentou à Nação.

Mas, não seríamos justos se não destacássemos por sobre a grandeza do político, a figura humana de Teotônio Vilela, cuja vida e cuja morte representam um pleno exemplo para todos nós.

Ao saber da moléstia que o acometera, Teotônio, em um de seus últimos discursos, fez um dos mais belos e comoventes pronunciamentos que ao Senado da República foi dado conhecer. Permitam-nos recordar aqui, um trecho desse pronunciamento que é a exposição da alma e de todo o ser de Teotônio Vilela em sua plenitude.

Disse ele, na ocasião: “Defronto-me com o meu próprio destino o fado de antigos cronistas e poetas e isso não me assombra. O meu espírito se mantém erguido, e nele mantenho hasteada, diante das intempéries, a fé, que tremula como testemunho de vida. Os mistérios da morte amiudaram seus segredos em torno de mim e, de repente, me vi imobilizado num hospital, prostrado diante do espectro de uma doença que ainda abala a sensível sociedade moderna: câncer.

Creio na Natureza, no Homem, e em Deus. Essa trilogia é que abre caminhos de meus olhos, os passos para os meus pés, as invenções de minha mente. E se amo a vida ao ponto de tanto lutar por ela, é que no fundo das coisas as criaturas resplandecem e se entrecrocavam numa teia de fundações donde se ergue o próprio Criador. Os mistérios da vida e da morte, ao transcenderem a visão concreta do dia-a-dia, costumam tecer esse admirável fio de sonho, que Camões tão bem soube ilustrar, e que os poetas e cronistas do passado chamam: fado”.

Aí está, senhores, a visão da vida e da morte, em toda sua grandiosidade na imensidão de seus segredos, na revelação do homem Teotônio que se supera e transcende a si mesmo na interpretação do que ele decidiu chamar de seu fado. Aí está Teotônio, em todo o seu humanismo, na afirmação maior de amor à vida frente à morte – aí está Teotônio na reafirmação solene de sua posição diante da fatalidade de seu destino; eis aí Teotônio, cuja caminhada recomeça após a morte para um roteiro de vida pelos caminhos de sua Pátria.

A ser verdadeira a afirmação de Eurípedes, em suas tragédias, de que “quem ama ao excesso sabe odiar ao excesso”, estamos entre os que tiveram ventura de colher as sementes de amor que Teotônio semeava entre os seus companheiros e às multidões a quem falava. Sua “ira santa”, ele a dirigia aos inimigos do povo.

Esperamos que nossas palavras possam ter traduzido seu ideário e a expressão de sua vontade. Porque nossa maior

homenagem, por nosso partido, por seu povo, será a de continuar palmilhando o caminho desse andarilho da liberdade, cuja amizade colhemos, em vida, como uma dádiva rara, e cuja memória cultuamos, na ausência, com o religioso respeito dos que amam e choram o ente querido.

Este foi Teotônio que conhecemos, e ao qual emocionados, tributamos a homenagem de uma coletividade nacional, que se engrandeceu com sua participação.

Simões Lopes Neto, em *Lendas do Sul*, nos recorda o episódio histórico do chefe índio Tiarajú, conhecido por Sepé, que foi “vencido e morto na batalha de 7 de fevereiro de 1756, no sopé da Coxilha de Santa Tecla, perto de Bagé”, lutando contra a invasão estrangeira na terra que dizia orgulhosamente: “É minha!”

O *Cancioneiro Guasca* reproduz em versos a epopéia daquela luta que já era, então, a mesma luta de Teotônio: “por um Brasil dos brasileiros”.

Nos últimos versos, eis o que a tradição nos legou:

“Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!
Mas, o lunar de Sepé
Era o rastro procurado
Pelos vassalos dos Reis,
Que o haviam condenado...
Ficando o povo, vencido...
E seu haver... conquistado!
Então, Sepé foi erguido
Pela mão do Deus Senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal do seu penhor

O corpo ficou na terra...

A alma, subiu em flor!...

Teotônio Vilela não lutou pela originalidade: foi original.

As coisas ficavam diferentes, depois de analisadas e definidas por ele.

Pensar foi a sua paixão.

Pensar, para Teotônio, era agir, segundo padrões morais e cívicos que marcaram fundo a História Pátria, como Sepê Tiarajú a marcou, em defesa pedaço de chão: o Brasil dos brasileiros.

Dois guerreiros indômitos de uma mesma saga, que enobreceram a nossa História.

Assim foram seus sonhos e suas realidades: nunca suscetíveis a ser esquecidos.

“Os corpos ficaram na terra... As almas subiram em flor...”

(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

TANCREDO NEVES

(Pronunciamento em 20 de abril de 2005)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não há dúvida de que amanhã se comemora uma data muito importante para a história de nosso País.

Foi muito bonita a sessão realizada hoje pela manhã em homenagem a Brasília e ao seu fundador, Juscelino Kubitschek. Ontem, dia 19 de abril, seria aniversário de Getúlio Vargas. Creio que o Dr. Getúlio e o Dr. Juscelino foram os dois maiores vultos da história recente brasileira, os dois grandes presidentes que tivemos.

Amanhã será feriado pelo aniversário de Brasília e em homenagem a Tiradentes. Mas, na verdade, embora o País não tenha oficializado, será também feriado em homenagem a Tancredo Neves. Assim como Tiradentes foi o mártir esquartejado por defender a Independência, a liberdade no Brasil, Tancredo Neves, pelo seu ideal de defesa da liberdade e da democracia, foi esquartejado por sete cirurgias e morreu em defesa de seu País. Não tenho dúvida alguma de que dificilmente se encontraria um homem que tenha sido tão preparado para chegar à Presidência da República quanto o Dr. Tancredo.

Tive quatro grandes irmãos mais velhos na política: o primeiro foi Ulysses Guimarães; o segundo, Tancredo Neves; o terceiro, Teotônio Vilela; o quarto, Mário Covas. Convivi com esses quatro vultos e creio que, na História do Brasil, pode haver iguais; melhores, duvido.

Quando se fala na história de Tancredo Neves – ouvi o discurso brilhante do Dr. José Sarney –, salienta-se, sim, seu heroísmo: o homem que escondeu a doença para garantir a posse; o homem que tombou pela causa que defendeu. Mas nós, do PMDB, não podemos lembrar apenas do Tancredo Neves vitorioso; temos de lembrar a luta do velho MDB, a luta de 20 anos, que começou em 1964, quando derrubaram João Goulart; lembrar de Tancredo Neves protestando e gritando palavrões ao Presidente do Senado, dizendo que S. Ex^ª estava dando um golpe ao afirmar que o Presidente da República estava no exterior, em lugar incerto e não sabido, posto que Sua Excelência estava na cidade de Porto Alegre.

A luta de Tancredo começou em 1954. Ele era um jovem ministro quando houve o golpe que levou o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio. Antes, ele havia pedido: “Nomeie-me Ministro do Exército no lugar desse traidor que é o General Zenóbio. Garanto que o golpe não sai, e Vossa Excelência ficará na Presidência.” Dr. Getúlio, não querendo uma guerra civil, preferiu o suicídio.

A luta do Dr. Tancredo Neves continuou quando foi Primeiro-Ministro de Jango, com um trabalho excepcional, de primeira grandeza, que só não foi adiante porque as candidaturas de Juscelino e de Carlos Lacerda já estavam nas ruas, e o PSD e a UDN se uniram para derrotar o parlamentarismo.

A história de Tancredo continua quando, junto do Dr. Ulysses e do Teotônio, lutou pelo restabelecimento da democracia neste País. Sim, Tancredo era um conciliador.

Nunca vou esquecer que, às vésperas do AI-5, que fechou o Congresso Nacional, a razão era a reforma do Judiciário, que estava sendo discutida no Congresso. O Presidente Geisel exigia que ela fosse votada como veio. O MDB tinha um substitutivo e queria votá-lo. A bancada se reuniu. O Dr. Tancredo fez um discurso em que ele fazia um apelo para a bancada, dizendo que

tinha informações e mais informações de que os militares queriam dar o golpe e fechar o Congresso e que era um pretexto a causa referente à reforma do Judiciário.

O Dr. Brossard, Senador do Rio Grande do Sul, fez um dos seus mais bonitos discursos, aplaudido e aclamado, dizendo que tínhamos de resistir, que tínhamos de votar a reforma do Judiciário, que o Congresso tinha de ir até o fim. Ganhou Brossard; perdeu Tancredo. Fecharam o Congresso no dia seguinte. Tancredo tinha equilíbrio, sim; tinha bom senso, sim; mas era um homem da hora, da definição; era um homem de coragem e de luta. Por isso, ele participou, sob a liderança – façamos justiça – do Dr. Ulysses Guimarães, que podia ter sido o Presidente da República.

Na doença do Dr. Tancredo, o Presidente da Câmara é quem devia ter assumido a Presidência da República, por que, se Tancredo não tomou posse, como o seu vice poderia tomar posse no lugar de quem não tomou posse? Quem devia ter tomado posse era o Dr. Ulysses.

Quando, naquela reunião – eu estava lá –, o General Leônidas Pires tirou a Constituição do bolso e disse que quem tomaria posse era o Sarney, o Dr. Ulysses, numa rapidez fantástica, concordou: “Realmente é o Sarney quem assume”. Quando fui cobrar dele, porque eu já ia protestar, ele disse: “O que é isso, Simon? Se todo o nosso esquema de segurança está baseado no Leônidas, que é o Ministro do Exército, que está coordenando todo o esquema de garantia da posse de Tancredo, se daqui a pouco eu disser que não é o Sarney, sou eu, é o Leônidas quem vai assumir. Gesto de renúncia e de grandeza do Dr. Ulysses Guimarães; gesto de grandeza do Sarney, que não se impôs. Em nenhum momento, ele disse: “Deve ser eu”. “A responsabilidade é do Ministro do Exército”.

É importante salientarmos o que significou a morte de Tancredo. Sempre reconheço que o Dr. Sarney desempenhou um

papel muito importante. Na verdade, ele disse em seu pronunciamento, quando falava ao Tancredo: “Tancredo, eu serei um vice-presidente fraco de um presidente forte, que será você”. De uma hora para outra, assume a Presidência em definitivo, com um ministério sobre o qual não tinha dado nenhum palpite e em que não teve nenhuma participação; com um partido, o MDB, amplamente majoritário, com o qual ele não tinha ligação, pois tinha assinado a ficha de filiação três dias antes, para poder ser candidato.

Ele fez o que podia, e acho que se saiu com dignidade. Quando ele disse que achava que a democracia cairia nas suas mãos, e não caiu, ele disse a verdade. Quando ele disse que era ele um dos presidentes que tinha assumido com a característica de que seria derrubado, e não o foi, ele disse a verdade. Foi um grande presidente, mas não foi o Tancredo.

A verdade é que o destino foi cruel conosco. Quem estava preparado se chamava Tancredo Neves. O Dr. Ulysses Guimarães reconheceu isso, todos nós reconhecemos. Tancredo, Teotônio, Mário Covas, todos estavam se preparando em torno de um homem que o destino preparou, ao longo de toda uma história, ao longo de toda uma vida, ao longo de toda uma biografia, para chegar lá. Ele chegou lá e, na hora de sentar na cadeira, Deus disse “não”.

Que tristes desígnios são esses? Que caminhos? Nós, que somos pessoas de fé, temos de nos perguntar por quê. Por que isso ocorreu com um povo escravizado 20 anos, lutando contra a ditadura, contra as armas, contra a violência, suportando com paciência, fazendo autocríticas, baixando a cabeça, resignado, suportando humilhações, para que houvesse uma transformação pacífica, sem violência e sem radicalização?

Quando chega a hora, quando o homem está preparado de uma maneira democrática para, de maneira pura, sincera, fazer a transformação que este País precisava, o destino diz “não”, a natureza diz “não”, a História diz “não”.

Mesmo assim, Senhor Presidente, mesmo não tendo sido Presidente, a História tem, no seu panteão, o nome de Tancredo, assim como a História tem no seu panteão o nome do velho Ulysses, que está no fundo do mar.

Encontraram o helicóptero, encontraram os pilotos, encontraram a mulher, encontraram os colegas que estavam com ele, mas não o encontraram. Mais de uma vez, estive caminhando no local e conversando com pescadores que viram o helicóptero cair. Se é lenda, não sei, mas eles contam que, em várias madrugadas, vêem um homem enorme, alto, magro, vindo do longe e partindo para o longe, caminhando. Olha para eles com um olhar indecifrável e um sorriso, dá um abano e continua a caminhar.

Na verdade, se Ulysses não tem um túmulo, Ulysses deixou um cravo no coração de cada brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Teotônio Vilela também foi um mártir. Com duas bengalas e quatro cânceres, arrastava-se em cadeira de rodas. Quando os seus médicos disseram para ir a Paris descansar os seus últimos dias, ele falou que tinha de estar ao lado do povo brasileiro.

Senhor Presidente, quero falar sobre a história do dia de amanhã, em que se lembra de Tiradentes. O Presidente Tancredo Neves foi um grande homem. Devemos saudá-lo, sim, mas não vamos resumir a nossa história ao dia 14 de março, quando ele ficou doente, e ao dia 21 de abril, quando ele morreu. No dia 14, a sua doença foi uma tragédia. No dia 21 de abril, a sua morte foi uma tragédia. São 20 anos que a história do Brasil haverá de contar. Ao lado deles, tombaram mártires e mais mártires, heróis anônimos e mais heróis anônimos, lutando pela causa talvez mais bonita da história do Brasil.

A independência do Brasil deu-se de pai para filho. O seu descobrimento foi por acaso. A República foi um golpe de

Estado. As conquistas sociais foram alcançadas por um ditador. Se houve um movimento que foi do povo, que veio do povo, que teve a alma do povo, que teve o cheiro do povo, esse movimento foi a retomada da democracia, que começou em 1964 e terminou no dia da morte de Tancredo.

Por isso, endosso todos os elogios feitos ao querido Tancredo. Não me refiro ao Presidente Tancredo, mas a toda a sua vida e aos irmãos que com ele batalharam pela mesma causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ULYSSES GUIMARÃES

*(Pronunciamento em 26 de novembro de 1992,
na Sessão Especial do Congresso Nacional de
homenagem ao Deputado Ulysses Guimarães)*

Navigare necesse est, vivere non est necesse

Cneius Pompeius Magnus

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:

“Navegar é preciso, viver não é preciso.”

Quero para mim o espírito desta frase transformada a forma para a casar com o que eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha.

Cada vez mais assim penso. Cada vez mais ponho na essência anímica do meu sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.

Fernando Pessoa

Senhores Convencionais:

A caravela vai partir. As velas estão pandas de sonho, aladas de esperanças. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente.

No cais alvoroçado, nossos opositores como o velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar.

Mas no episódio, nossa carta de marear não é de Camões e sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado: “Navegar é preciso. Viver não é preciso.

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvissaras, meu Capitão.

Terra à vista!

Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade.

(Discurso proferido pelo Deputado Ulysses Guimarães em 21 de setembro de 1973, ao aceitar sua candidatura a Presidente da República.)

Senhoras e Senhores:

Há um grande silêncio neste plenário. Há uma grande ausência nestas salas e corredores. Não obstante o silêncio e a ausência, silêncio que perturba os nossos ouvidos, ausência que fere os nossos olhos, a voz forte de Ulysses Guimarães ecoa na consciência moral deste Parlamento, de nosso povo e do nosso tempo.

Quanto maior o silêncio em nossos tímpanos, quanto maior o vazio à frente de nossos olhos, tanto mais vigorosa a sua palavra, portadora de idéias claras na coragem, tanto maior a sua figura, elevada e sólida, cujos passos cadenciados serviam de símbolo à marcha histórica destas Casas Parlamentares.

Ele não deixou sombras detrás dos seus passos, e sim uma esteira de luzes.

Há homens que nascem para contemplar o mundo e há homens que nascem para construir o mundo.

Como todas as coisas deste universo que não entendemos, cuja aparência e essência são insondável mistério, o mundo social é um processo, é alguma coisa que se faz todos os dias.

Há homens que se contentam com a rotina, com as muralhas erguidas pela brevidade da vida, e a consomem na volúpia da ostentação.

Há homens para os quais o poder é mera licença para o hedonismo. E há homens como Ulysses Guimarães, para os quais a alegria está na luta pela ordem que se funda na justiça, pela liberdade que se alicerça no respeito sagrado ao direito alheio.

Ulysses foi o construtor, como foi – e a metáfora se impõe, inarredável o navegador. Coube-lhe retirar de seu descanso, na admirável biografia que Plutarco traça de Pompeu, a admoestação do grande general aos tripulantes de naves romanas, de que a vida não é necessária, necessária é a navegação. (*Navigare necesse est, vivere non est necesse*).

O seu desaparecimento, arrepiava-nos a coincidência, confirma-lhe a coragem e a disposição de servir. Tal como Pompeu, diante do porto de Siracusa, ele podia recensear as nuvens que pesavam, negras, sobre o mar, e os ventos que se fechavam para abrirem-se, enlouquecidos, na tormenta.

As horas, porém, exigiam a sua presença, reclamavam os seus conselhos, como no passado, a população de Roma aguardava o trigo da Sicília. Era preciso navegar, e Ulysses embarcou no frágil aparelho, mais frágil do que as embarcações romanas de Pompeu, em companhia de Mora, Severo e Henriqueta.

A frase de Pompeu não pode, porém, aplicar-se às novas circunstâncias que nos sitiam. Era preciso navegar, sim, mas, mais do que navegar, era preciso que Ulysses vivesse. Era preciso navegar e era preciso viver.

Daqui desta tribuna, vejo-o, ainda, a nos orientar “com a embriaguez da aventura no coração, pando de sonhos e alado de esperanças”, como fez em tantas oportunidades, indiferente aos riscos próprios das empreitadas cívicas, pois, como disse, em 1973, quando lançado “anticandidato” à Presidência da República:

“A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano.”

De fato, as miudezas e o ramerrão jamais o seduziram. Envolto por seus ideais de liberdade e de democracia, viveu como poucos: sinceramente comprometido e preocupado com as causas maiores do País e da Nação. Em um de seus últimos discursos, proclamou esse elemento da própria personalidade, quando exortou:

“Vamos viver das grandes coisas. Fica pequeno quem se envolve em coisas pequenas.”

Cidadão de idéias e político de ideais, em pleno arbítrio vislumbrou para si uma tarefa e um desafio: reconduzir o Brasil ao Estado de Direito.

Surgiu, então, o grande intérprete das vontades da sociedade. A partir de 1968, logo após a edição do Ato Institucional nº 5, entregou-se à faina que chamou mudanças.

Perante a Convenção Nacional do PMDB, em setembro de 1973, ao oficializar a anticandidatura, explicou:

“O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira. Na Situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o Presidente. Não aguarda a eleição e sim a posse. Na Oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. (...) A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual Situação sempre será Governo”.

Perenidade impossível quando o poder é consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados. Não é o candidato quem vai percorrer o País. E o antecandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelos *habeas corpus* e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes porque ensurdece a Nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão e ao cinema.”

Durante uma viagem à Bahia, as forças do regime foram acionadas para intimidá-lo. Policiais fortemente armados, tendo à frente cães raivosos que ladravam ameaçadoramente, barraram-lhe o caminho.

Numa fração de segundos, percebeu que de sua atitude dependia o futuro da democracia e, por conseqüência, da Nação. Empertigou-se, pisou firme, foi em frente e bradou com determinação:

“Respeitem o Presidente da Oposição”.

Os soldados entreolharam-se, desorientados. Os oficiais, atônitos, deram a contra-ordem. Mais uma vez, a força do ideal derrotou o poder da força.

A homenagem que o Congresso, tendo à frente o ilustre Presidente Ibsen Pinheiro, fez a Ulysses Guimarães, dando a este plenário seu nome, é tão espontânea, é tão natural que a Nação a aceita com carinho, mas sem alarde.

Ulysses foi, em primeiro lugar, o cidadão. E cidadão com tal consciência que se tornou político.

Na política foi sempre homem de Parlamento. Poucos, como ele, sentiram este recinto com a sacralidade que o envolve. Não o perturbavam as fraquezas de alguns, porque ele sabia que a legitimidade da representação não admite quaisquer restrições à escolha eleitoral.

O Parlamento reflete a sociedade dentro do seu tempo. Os compromissos éticos e o saber de cada legislatura se submetem, em seu todo, aos compromissos e ao saber da geração que a elege. Mas ele sabia, como todos sabemos, que a imensa maioria dos representantes do povo é fiel ao mandato recebido.

É preciso dizer bem claro. Senhor Presidente, e essa era a convicção de Ulysses, que o vício de origem de nosso sistema republicano, que faz do Chefe do Poder Executivo imperador sem cetro, compromete o Estado, perturba as relações entre os Três Poderes e desmerece o Parlamento, seja no exercício de fatos graves, até corruptíveis, seja no emprego de coação.

Livre dessas amarras, e delas, esperamos em breve, livre, o Parlamento, como queria Ulysses, encontrará a sua essência e se conformará à sua razão. É no exercício de sua gravíssima responsabilidade, de interpretar, impor a vontade da Nação, que o Congresso se redimirá, para redimir o povo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, duas linhas traçam o destino e o caráter de Ulysses. Quem o visse bem, nele identificaria a verticalidade moral, mas veria também, no seu apego ao povo, a linha horizontal da democracia. Essas linhas, a que marca o compromisso com a igualdade essencial entre todos os homens e a que revela a única diferença elogiável, a altivez do caráter, destacam-no como um dos maiores parlamentares da História desta Nação. Ele foi um pouco de Mirabeau e de Siéyès, um pouco de cada um dos grandes homens da humanidade.

Ao relembrar Mirabeau, relembremos o título que recomenda para os membros da Assembléia Nacional, em seu discurso de 15 de junho de 1789: “Tal deve ser – dizia o grande orador – na minha opinião, a fórmula que segue: representantes do povo francês. Quem pode disputar esse título?”

Quem pode disputar esse título? Que título pode ser mais alto? O dos reis, que se dizem representantes de um Deus tão próximo dos fortes e tão distante do povo? O dos tiranos, que

representam a violência liberticida? Ulysses, senhores, foi, como todos nós, mais do que todos nós representantes do povo brasileiro.

Ele, no seu respeito à representação popular, podia repetir, com Cavour, que a pior das câmaras vale muito mais do que a melhor das anticâmaras. E a luta desta Nação, Sr. Presidente, luta na qual se destacou o grande paulista de Rio Claro, não foi outra senão a de retirar o poder das anticâmaras, para que esta Casa e este Congresso possam exercê-lo na sua plenitude.

Senhoras e Senhores, nas tribunas, palanques e coretos. Ulysses não discursava. Ulysses pregava. Mais que político, Ulysses era apóstolo sempre e, às vezes, transformava-se em profeta. Dos algozes que ocuparam o poder, exigia respeito: aos adversários de idéias, advertia: aos companheiros de luta, conclamava e estimulava, e ao povo, impelia sempre para frente, rumo as conquistas indispensáveis à cidadania.

Mesclando em si as personagens de Homero e Cervantes, soube, a um só tempo, ser Ulysses de Tróia e Quixote de La Mancha, sem jamais deixar de ser ele próprio, o Ulysses Guimarães de nosso tempo, personagem de carne, osso e ideais, dentro de uma realidade contra a qual, quando necessário, combateu com suas armas prediletas: a garra e a palavra.

Poucos homens, muito poucos homens, conseguem alterar o curso dos acontecimentos de uma nação. Ulysses mudou o Brasil. Com certeza, este Brasil não é o país dos nossos sonhos e dos nossos ideais, mas, inegavelmente, é bem melhor do que era antes de ele atirar-se, movido por seus delírios patrióticos, na direção das liberdades democráticas e da conscientização popular.

A rigor, ao declarar promulgada a Constituição, bem poderia dar por concluída a tarefa de mudanças que a si mesmo impôs, mas preferiu continuar a sua aventura de viver. Coerente com a condição de ouvidor dos anseios da Nação, converteu-se no mascate da tese parlamentarista.

Ao defender a plenitude democrática, sustentou que nada justifica a exclusão de qualquer pessoa do processo eleitoral. Como Lincoln, dizia ser o voto a arma mais importante do cidadão. Por isso, explicava: “A Cidadania começa no analfabeto”.

Se o debate feria questões constitucionais, estava sempre pronto a demonstrar a supremacia do homem sobre o Estado. Daí não ter jamais admitido a violência estatal contra qualquer pessoa. E Ulysses ensinava: “A injustiça contra um é a ameaça contra todos.”

Atento às questões sociais, nunca se conformou com a precariedade do ensino e com o descaso oficial para com as crianças oriundas das classes menos favorecidas. Chamou a atenção, em várias oportunidades, para o fato de que “Não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação”. E comentava a dolorosa situação das crianças abandonadas, ponderando: “É este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão”.

Com a autoridade de quem tinha os pés calejados por tantas andanças pelo País e via nas desigualdades econômicas e sociais um sério risco à unidade nacional, registrou sua advertência: “Quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência do poder oligárquico colocam em risco a soberania nacional. A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis”.

Em várias de suas prédicas, dentro e fora do Parlamento, ensinou: “Só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. O inimigo mortal do homem é a miséria. Não há pior discriminação do que a miséria. O Estado do direito, conseqüente da igualdade, não pode conviver com o estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria”.

Federalista, resumiu em três frases as suas preocupações com esta questão. “A Federação é a unidade na desigualdade,

é a coesão pela autonomia das províncias, comprimidas pelo centralismo. Há o perigo de serem empurradas para a secessão. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União Estado forte, pois que fraco será o Brasil”.

Se, para muitos, a política é uma arte para ele sempre foi um contínuo ato de fé. Aliás, foi nesse sentido que com a política viveu e dela fez a matéria-prima com que forjou a sua irreprensível vida pública.

Quarenta e cinco anos de atividade parlamentar tornaram-no mais do que um membro do Parlamento. Mesmo em vida, era o seu símbolo. Pode-se dizer que construiu com o Congresso Nacional uma simbiose: Ulysses era o Legislativo, o Legislativo era Ulysses.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, e familiares de D. Mora e Ulysses:

Deixei para o final as minhas recordações afetivas. Todo mundo sabe do carinho, do apreço e da admiração que tinha por Ulysses Guimarães. Fui daqueles que o tiveram como mestre. Tive, ao longo da vida, nos bons e nos maus momentos, a emoção do seu conselho e da sua orientação. Muitos foram iguais a mim.

Se eu perguntar aos gaúchos que se encontram aqui se, na História do Brasil, existe um brasileiro que foi mais vezes ao Rio Grande do Sul que Ulysses Guimarães, dirão que não, porque dezenas e dezenas de vezes Ulysses Guimarães ali esteve. Mas, se eu perguntar a qualquer patriota, de qualquer Estado da Federação, a resposta será a mesma: dezenas e dezenas de vezes Ulysses percorreu este País.

Será que alguns dos senhores se deram conta, pararam para pensar sobre isso? Não há, na História deste País, nenhum homem público que, não tendo ocupado cargo no Executivo – não foi Presidente, não foi Governador, foi um homem de partido – que tenha andado, viajado, percorrido os caminhos do Brasil tantas vezes como Ulysses.

Vinha nas horas amargas, nas horas difíceis, nas horas de sofrimento, nas horas da interrogação, quando todos se perguntavam se valia a pena continuar. Ulysses vinha para nos dar forças.

Quando houve a série de cassações no MDB do Rio Grande do Sul e se iniciou um movimento para a auto-extinção do partido, Ulysses lá estava para dizer: “É preciso continuar!”

Quando houve as cassações, e nós com o Governo, praticamente eleito, fomos impedidos com a nomeação de um governador, houve quem quisesse dissolver o partido, quem pretendesse votar em branco. Mas lá estava Ulysses para dizer: “É preciso continuar!”

Em cada estado, companheiros poderiam dizer o que disse.

Mais de uma vez, umas sete ou oito vezes, aconteceu, no Rio Grande do Sul, o carro rolar várias vezes e cair lá embaixo no precipício e Ulysses levantar, arregaçar as mangas e entrar em outro carro e continuar. Lembro-me das vezes – nós éramos oposição ao regime da violência e do arbítrio – em que o vi entrar em um aviãozinho monomotor e, só, enfrentar as tempestades, para, milagrosamente, sair de outro lado! Mais de uma vez Ulysses fez isso. Foram tantas as vezes que Ulysses nasceu de novo no Rio Grande do Sul!... Falo no Rio Grande, porque é o meu estado, mas se perguntar à Bahia, a Pernambuco, a Alagoas, ao Acre, a Rondônia, a qualquer estado, os senhores hão de dizer a mesma coisa: lá ele também esteve.

Por isso, de certa forma, entendo o que muita gente não entende. Como não o aconselharam que não era hora? Por que ele entrou naquele helicóptero? Foram tantas as vezes que ele o fez, foram tantas as vezes que ele aceitou o desafio, que, este último, para ele era apenas mais um.

Tenho certeza de que muitos e muitos dos companheiros aqui presentes receberam, nas horas difíceis, ou a presença física, ou o telefonema, ou a carta, ou o conselho do Dr. Ulysses. Nas horas alegres isso não acontecia.

Não me lembro do Dr. Ulysses nas horas de glória. Não me lembro do Dr. Ulysses nas horas de festa, mas não consigo lembrar um momento difícil em que não tivéssemos a presença do Dr. Ulysses. Não consigo lembrar um momento de desafio, um momento de garra, um momento de luta, em que não tivéssemos a palavra e a orientação do Dr. Ulysses.

Vejam que não foi presidente, não foi governador. Porém, se recorrermos à nossa História, será muito difícil encontrarmos nomes que se assemelhem, no seu estímulo, na sua vontade e na sua garra, a Ulysses Guimarães. Não me lembro de ver Ulysses Guimarães pensando em bens, em patrimônio, em quanto ganharia no fim do mês, o que poderia fazer, o que poderia deixar de fazer. Recordo o carinho e afeto que ele tinha pelos seus filhos, pela sua família. Lembro-me de D. Mora dizer que dos bens que ela possuía, que eram seus, tinha de tirar os do Dr. Ulysses, porque, em termos de aluguel, ficava dois ou três anos sem reajustá-los, por não ter qualquer preocupação com essas questões.

Esse era o Dr. Ulysses.

É muito difícil encontrarmos uma pessoa como o Dr. Ulysses. Se um dos senhores se aproximar dos íntimos, conversar com as pessoas, se vocês pegarem os íntimos, as pessoas que jantavam, que conversavam e dialogavam com ele na maior intimidade – com a sua Mora, com seus filhos –, todos dirão da sua preocupação com o seu País. Duvido que apontem, em toda existência do Dr. Ulysses, um ponto que não seja a dignidade, a seriedade, a preocupação com este País, com a sua libertação e com os problemas da sua sociedade.

Ulysses era o grande homem público, mas nunca deixou de ser o homem de sua casa, de sua mulher, de seus filhos, os filhos da dona Mora trazidos para o seu afeto. Era também Ulysses o amigo de seus amigos, o chefe que impunha sua autoridade, com as mãos mansas, a voz serena e o exemplo do trabalho.

Ele sabia repartir-se, embora desse mais de sua vida ao País, ao nosso Brasil. Como tantos outros homens de seu tempo e de seu compromisso, Ulysses espantava o sono com o dever. E, mesmo nas horas mais amenas, ao lado dos mais íntimos amigos, a política estava presente.

Ele sabia que a paz, como dizia Tancredo, é a esquiva conquistada da razão política. E que, para promovê-la, é necessário, muitas vezes, recorrer à bravura. Foi o que ele fez, nos tempos do regime da força, quando sua autoridade moral afastava as baionetas e silenciava o ladrar e o rosnar dos cães.

Ele guarda, no seu desaparecimento, o símbolo transcendental dos esperados. Tal como D. Sebastião, provavelmente levado pelas águas do rio El Makhazin, do Saara ao vasto abismo atlântico, o mar nos negou um corpo a velar, e, com isso, nos deu a ilusão do seu retorno.

Recordo-o com a dor de todas as saudades, mesmo sentindo-o aqui entre nós. Nos plenários e corredores deste Congresso, seu corpo esguio, por sobre o qual ressaltava a cabeça ativa, continua desfilando a imponência e o carisma do grande homem, que recebeu, uma semana antes do seu último vôo, a homenagem das crianças, no dia em que completava 76 anos.

Mas o “velhinho”, como já sabia ser chamado, ainda tinha muito a dar. Exemplo disso foi o telefonema recebido de sua Excelência, Presidente Itamar Franco, em Angra, horas antes de sua morte. Mesmo no seu descanso, era comum ser procurado por aqueles que buscavam a sua palavra, os seus conselhos e as suas opiniões.

Ao seu lado, a figura doce da companheira de todas as horas, D. Mora, esposa, amiga e cúmplice. Ela, que milhares de vezes ficou em casa, quando ele saiu podendo não voltar, estava com ele o tempo todo durante a derradeira viagem.

Perdoem-me os familiares, mas quando do corpo de D. Mora Guimarães foi encontrado só, tive o pressentimento, que vai-se confirmando: Ulysses não permitirá que o encontrem.

Ao deixar a Presidência do PMDB, em discurso célebre, avisou: “Vou livre como o vento, transparente e cantando como a fonte. Desço. Vou para a planície, mas não vou para casa. Vou morrer fardado, não de pijama”.

E assim ele fez. Confirmando que “viver não é preciso”, entregou-se, após uma vida digna e profícua, à morte inexorável. Estava na liça e segue a navegar, pois é preciso. Certamente há de estar caminhando “rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite”.

Ulysses Guimarães fez tudo isso. E fez mais. Lutou para mudar o Brasil. Conseguiu. Não será apenas uma lembrança efêmera. Ficou eterno.

Vá em frente, Ulysses; vá em frente, amigo; vá em frente, companheiro; vá em frente, conselheiro; vá em frente líder; vá em frente, mestre; vá em frente, irmão. Singra teus mares! Deus te abençoe!

A Pátria e todos nós atestamos: cumpriste o teu dever! Haveremos de tê-lo na alma, no sentimento e na saudade, sabendo que, em qualquer momento, estejamos onde estivermos, nas horas difíceis, a palavra, a orientação, a fé, a presença de Ulysses Guimarães nos confortará.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

FRANCO MONTORO

(Pronunciamento em 10 de julho de 1996, em Sessão Solene pelo transcurso do octogésimo aniversário de Franco Montoro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Senhores Deputados, Deputado Franco Montoro, se não é costumeira a realização de uma sessão como esta, que rara felicidade teve o ilustre Senador Lúcio Alcântara de convocá-la para estarmos aqui, neste momento, homenageando Franco Montoro.

Tenho dito desta tribuna que o Brasil está vivendo um momento muito difícil, em que as referências para o povo brasileiro estão sendo muito escassas. Os partidos vivem uma fase complexa, sem comunismo, o capitalismo sob interrogação, sem União Soviética, em nível de mundo, em nível de Brasil, em nível de ideologias; interrogamo-nos não sobre se cumprimos nosso dever, mas sobre a maneira como o estamos cumprindo.

O Senador Lúcio Alcântara foi muito feliz, pois estamos falando de um nome que é uma referência neste País.

No Brasil, temos dúvidas, interrogações: “Para onde ir?”, “Qual o caminho a seguir?”, “Quem são as pessoas?”, “O que estão fazendo as pessoas?”

Franco Montoro, indiscutivelmente, esteja no partido em que estiver o cidadão, pertença à religião a que pertencer o cidadão, é uma referência, porque quando fala, analisa e defende suas teses, sabemos que, primeiro, é sempre a mesma pessoa. Pode estar no Governo, pode ser senador, pode ser governador,

pode ser deputado, pode não ter mandato, pode estar no PDC, pode estar no PMDB, pode estar no PSDB, mas as suas idéias, os seus princípios, a sua ética e a sua doutrina são uma linha reta; S. Ex^a não muda, não altera o seu pensamento.

Desafio que, ao longo do tempo, se traga, referente a Franco Montoro, um pronunciamento divergente de outro com relação aos princípios da socialdemocracia, com relação aos princípios da democracia cristã, com relação aos princípios de uma integração da América Latina, com relação a um regime parlamentarista mais aberto, com relação à ética na política.

Esse é o Franco Montoro.

V. Ex^a sabe, meu querido Franco Montoro, do carinho e respeito que tenho por sua pessoa. Mais do que os oradores que me antecederam, quis o destino que, praticamente ao longo da minha vida pública, fosse eu um seguidor permanente de V. Ex^a. Era eu Deputado Estadual, no Rio Grande do Sul, e V. Ex^a Deputado Federal, Presidente do nosso velho MDB. V. Ex^a, já de saída, quando poderia ter optado pela Arena – muitos do PDC fizeram essa escolha –, optou pelo partido difícil, pela árida posição do MDB.

Eram épocas difíceis, como aquela de 1970, quando o nosso partido tinha, de um lado, os que diziam que dever-se-ia extinguir o partido e, do outro lado, os que diziam que deveríamos votar em branco – e foi uma montanha de votos brancos; de outro lado, os que defendiam a tese de que deveria haver a renúncia coletiva ao mandato. O MDB ficou reduzido a uma bancada de sete senadores, o resto era Arena. Foi a época em que a Arena era o maior partido do Ocidente.

Naquele ano, se não me engano, ganhamos apenas em São Paulo, com V. Ex^a, e também no Rio de Janeiro, porque a derrota foi generalizada. V. Ex^a comandou aqui, como Líder, o MDB. Comandou, lutou, defendeu, com as mesmas idéias e com os mesmos princípios.

Lembro-me de que, jovem ainda, Deputado Estadual, por contingências, pela importância da política no Rio Grande do Sul, com os exilados Jango e Brizola ali do lado, merecia eu o convite para participar das difíceis e árduas reuniões ou no apartamento de V. Ex^a ou no do Dr. Ulysses Guimarães ou, ainda, no do Dr. Tancredo Neves. Naquelas reuniões dramáticas, muitas delas, onde se interrogava como seria o dia seguinte, lembro-me da palavra, da firmeza e da dignidade de V. Ex^a, sem os gestos exagerados de aparecer por aparecer, mas com a firmeza da decisão de estar no lugar certo, no momento certo.

Lembro-me quando Oscar Passos, Presidente do MDB, não se elegeu Senador pelo Acre. Homem extraordinário Oscar Passos. Estávamos, na época, um grupo muito pequeno, em uma reunião célebre, uma convenção, onde o Presidente era Oscar Passos, o 1^o Vice era Franco Montoro e o 2^o Vice era Ulysses Guimarães, e o Rio de Janeiro, que tinha três senadores do MDB, não tinha nenhum membro na Executiva. Tivemos um longo debate, uma longa discussão, em que o MDB do Rio de Janeiro queria ter – já que era o único estado que tinha governador e três senadores – um membro na Executiva. E o debate se prorrogou até o momento em que o Sr. Franco Montoro concordou que aquele estado tivesse um membro na Executiva. Assim ficou acertado.

São Paulo, porém, tinha dois vices: o primeiro, que era Franco Montoro; e o segundo, que era Ulysses Guimarães. Então, Oscar Passos indagou, na ocasião, no lugar de quem entraria Amaral Peixoto? Nesse momento, reinou um silêncio total. E Franco Montoro, que era o 1^o Vice-Presidente, respondeu que não haveria problema, que Amaral Peixoto poderia entrar em seu lugar.

Para Oscar Passos, a questão estava resolvida: Amaral Peixoto entraria na vice-presidência, no lugar de Franco Montoro. Foi quando o querido amigo Dr. Ulysses Guimarães interferiu, pro-

pondo, já que São Paulo tinha a primeira e a segunda vice-presidências, e se o Rio de Janeiro iria entrar na vice-presidência, que fosse na segunda e não na primeira; com o que todos concordaram. Só que isso não aconteceu. Ulysses Guimarães não saiu; ao contrário, Franco Montoro saiu, passando Ulysses Guimarães para a primeira vice-presidência e Amaral Peixoto para a segunda.

O Deputado Franco Montoro deve lembrar-se do discurso que fez, daquela tribuna, em nome da convenção, saudando-o como o grande responsável pelo entendimento e pela grande unidade que se fazia no partido, em virtude de seu desprendimento naquele momento.

O destino é o destino. Dois anos depois, Oscar Passos não se elege senador. Embora todos pensássemos que seria até melhor ele presidir o partido mesmo sem mandato e morando no Rio de Janeiro, por uma questão de ética, entendeu que, tendo sido derrotado no Acre, não podia presidir um partido no Brasil; e renunciou, subindo, assim, o Dr. Ulysses Guimarães à presidência do partido.

Lembro-me de muitos e muitos atos do Dr. Franco Montoro. Recordo-me do que foi dito aqui pelo orador, Líder do PFL, então Governador do Piauí. É verdade, a ação dos governadores do MDB e dos governadores do então PDS, do Nordeste, com a dissidência que o Sr. José Sarney, o Senhor Marco Maciel e outras pessoas fizeram no Governo, foi da maior importância. Mas tudo começou com uma ação importante do Senador Franco Montoro.

O nosso candidato do MDB chamava-se Ulysses Guimarães. Quem não era favorável a Ulysses Guimarães, por várias razões, era a Franco Montoro – a dúvida e a interrogação que existia no partido era entre Ulysses Guimarães e Franco Montoro. Franco Montoro, sendo Governador de São Paulo, não sendo presidente do MDB, não tendo as rixas que o Dr. Ulysses tinha tido, para muitos, era um candidato mais natural do que o Dr. Ulysses.

Estávamos no partido, do qual eu era vice-presidente, com a interrogação do que fazer, quando o Governador de São Paulo, Franco Montoro – e está aqui o Senador Jader Barbalho, Governador à época, que pode confirmar – reuniu-se com os governadores do MDB – José Richa, Jader Barbalho, Iris Rezende – e fecharam em torno da candidatura de Tancredo Neves. Depois, procuraram governadores dissidentes, que hoje fazem parte do PFL, como o Senador Hugo Napoleão e tantos outros, e realizaram um grande movimento dos governadores, que foi o baluarte, a viga mais forte da candidatura Tancredo Neves/José Sarney à Presidência da República. Atitude de Franco Montoro.

Se Franco Montoro tivesse ficado quieto naquela reunião, a destinação ou seria para o Dr. Ulysses ou para ele. Mas talvez não saísse ninguém. Entretanto, aquele momento em que Franco Montoro teve a grandeza e o gesto de, como Governador de São Paulo, articular a candidatura do Governador de Minas – primeiro, entre os governadores do PMDB; depois, com governadores de outros partidos que estavam dissidentes – foi decisivo e definitivo para o resultado positivo da candidatura Tancredo Neves/José Sarney. Mais um gesto que caracteriza aquilo que é tão difícil: renunciar às vésperas de se obter o poder.

O Sr. Hugo Napoleão – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com muito prazer.

O SR. Hugo Napoleão – Permita-me uma leve incursão no discurso de V. Ex^a para ratificar suas palavras. Já tive oportunidade aqui, apartando o nobre Senador José Roberto Arruda, de lembrar que o então Governador Franco Montoro era uma espécie de coordenador de todos nós, até porque fizemos reuniões no Palácio dos Bandeirantes à época. Mas me permito, então, repito, aduzir uma pequena argumentação apenas para dizer que na ocasião de todas as Assembléias Legislativas de todos os estados da Federação brasileira, modéstia à parte, a primeira a eleger os seus seis dele-

gados ao Colégio Eleitoral foi, exatamente, a do Estado do Piauí: companheiros meus, do antigo PDS, sob minha coordenação. Esse foi um fato importante naquele momento, bem sabe o Presidente José Sarney, com quem tive vários encontros, inclusive um deles em Teresina, no Palácio do Karnak, quando S. Ex^ã me alertou que estávamos para assistir à transformação da história e não queria que o Piauí dela ficasse fora. Muito obrigado a V. Ex^ã.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^ã.

Conto esses fatos para mostrar a profundidade da personalidade de Franco Montoro.

Dentro do meu partido, então MDB, tínhamos os homens que traçavam diretrizes: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e, basicamente, Franco Montoro, que tinha o seu velho pensamento, quase repetitivo e que dele, às vezes, nós ríamos, sobre a democracia cristã, a ética e a socialdemocracia. A tese de que cada um deveria dar a sua parte, e que a sociedade deveria dar as mãos para construir uma grande Pátria; e uma grande Pátria só seria grande com pequenas obras realizadas pelo conjunto da sociedade.

Fizeram uma acusação ao Deputado Franco Montoro: de que o grande erro do seu Governo foi não ter feito propaganda das grandes e importantíssimas obras realizadas por ele. Mas, quando as divulgava, fazia-o sempre afirmando que o seu Governo era o Governo das obras pequenas. Pequenas, mas importantes, como a merenda escolar, a distribuição de hortifrutigranjeiros, de alimentos às pessoas mais necessitadas, como se isso pudesse ser chamada de obra pequena.

Não posso me esquecer nunca que houve um desentendimento, em São Paulo, entre o partido e o então Chefe da Casa Civil, que era o seu filho.

Acho até natural, Chefe da Casa Civil e filho criam um ambiente difícil e V. Ex^ã aceitou a tese do partido, demitindo

o filho, homem de bem, sério e digno, como V. Ex^a. Qualquer outra pessoa, em tese, mandaria o partido às favas. Mas V. Ex^a governou com o partido. V. Ex^a tem um espírito tão sério e tão íntegro, uma maneira tão correta de ver as coisas que, às vezes, em tese, “erra pelo exagero”.

O Presidente da República da época; o Presidente do Partido, Dr. Ulysses Guimarães; V. Ex^a, Governador de São Paulo; Mário Covas, Prefeito de São Paulo, enfim todo o Partido não queria o Quércia para Governador no seu lugar. V. Ex^a também não. Mas V. Ex^a não movimentou uma palha para que não se cumprisse ou não se respeitasse a decisão daquela convenção. E V. Ex^a podia ter feito, tinha condições de costurar, de manobrar, de alterar o resultado da convenção em São Paulo. Vários apelos, várias sugestões e várias propostas o Governador Franco Montoro recebeu, no sentido de articular: “O Presidente da República é nosso, o Governador é nosso, o Prefeito de São Paulo é nosso, o Presidente Nacional e Estadual do Partido é nosso. Será que todas essas coisas não derrotam o Vice-Governador numa convenção?”

O Dr. Franco Montoro, de quem o Quércia não era o candidato, não interveio na convenção, respeitou a decisão. Essas são questões até delicadas de serem analisadas. E ao analisar um político profissional pode até parecer meio ridículo; alguém pode argumentar: “Quer dizer que o Montoro podia ter ganho a Convenção e não ganhou; podia ter escolhido o candidato...”

Esse é o Franco Montoro, essa é a personalidade de Franco Montoro. Isso é o que ele chama de ética na política, neste seu artigo, que peço a transcrição nos Anais do Senado Federal.

Franco Montoro, em recente publicação deste ano, diz:

“Multiplicam-se em toda parte movimentos populares ou associativos reivindicando ética na vida pública, na vida social e no comportamento pessoal. Há um retorno à ética, na virada do século. Quiseram construir um mundo sem ética. E a ilusão se transformou em desespero.

No campo da política, a famosa operação “mãos limpas”, que se celebrizou na Itália e estendeu-se às democracias de quase todas as nações do mundo, teve e tem o mesmo significado da retomada das exigências da ética.

Depois da esperança generosa, dos benefícios das democracias do pós-guerra, quase todas as nações tiveram uma experiência de decepção e revolta. As populações foram surpreendidas pela revelação da prática generalizada de fraudes, desvios de verbas públicas, corrupção de administradores e empresários e máfias de toda ordem, que transformaram a “coisa pública” em “cosa nostra”.

Os escândalos revelados provocaram uma reação generalizada na consciência pública, que passou a exigir ética na política. Essa exigência deu origem, em todos os continentes, a um amplo movimento de investigações, processos, condenações que atingiram inúmeros agentes públicos.”

E fala, inclusive, da situação do Brasil.

Esse é o Franco Montoro. O Franco Montoro que clamava, quando Deputado, Líder da Oposição, no regime militar; quando Governador de São Paulo no Governo do Presidente Sarney, ou no Governo do Presidente Itamar, ou hoje no Governo de Fernando Henrique. É o mesmo Franco Montoro. É isso que admiro em V. Ex^a. Por isso o carinho imenso que tenho por V. Ex^a.

Vejo que aqueles artigos antigos e livros, que V. Ex^a tinha a gentileza de me mandar quando eu era um jovem e modesto Deputado do Rio Grande do Sul, são os mesmos que estou agora vendo aqui. A publicação de hoje, *Um Novo Modelo de Desenvolvimento*, cá entre nós, Deputado, o novo modelo é o velho. É a velha democracia cristã, é a velha socialdemocracia que V. Ex^a sempre defendeu. E a *Perspectiva de Integração da América Latina*, que hoje é uma realidade, é a mesma que V. Ex^a defendia, lá no início, quando parecia uma ilusão ridícula, uma utopia falar em integração e justiça. É também um mérito do Presidente

Sarney, que, quando Presidente, teve uma posição extraordinariamente positiva nesse sentido. Mas V. Ex^a, muito antes disso, quando nunca havia se falado nisso, já defendia essas teses. Isto para mim é o importante: coerência.

Vamos bater no peito e analisar o seguinte: para quantas pessoas, neste País, podemos olhar e perceber, em primeiro lugar, que aparentam 60 anos, quando têm 80 anos de vida e 50 de vida pública, falando hoje das mesmas coisas que falaram no primeiro dia; que defendem hoje as mesmas idéias que defenderam no primeiro dia? E olha que conseguiu sacudir. Houve a Revolução de 1964: ditadura, cassações, violências e arbítrios. E V. Ex^a esteve no poder, esteve na Oposição e pensou sempre do mesmo jeito, teve sempre a mesma posição, a mesma linha.

Lembro-me de quando Montoro me procurou, triste e amargurado, dizendo que o PMDB não tinha mais jeito. S. Ex^a insistia comigo, então Governador do Rio Grande do Sul, para acompanhá-lo a um novo partido. Dizia que, para ele, isso era uma questão ímpar, muito pessoal e que ele tinha ficado inclusive com essa missão diante dos novos formadores do partido; ou seja, que o Simon era o homem do Montoro. Era verdade. Eu não o acompanhei, amargurado, por causa dele. Pensei: se o Montoro está tomando uma posição dessa, eu que o conheço, é porque a situação, realmente, é dramática e ele deve ter razões muito profundas.

Se formos analisar hoje, meu querido Montoro, V. Ex^a poderá dizer: “Viu, Simon, eu tinha razão. A democracia em questão está aí, está lá o meu discípulo Fernando Henrique no poder. Seu partido, Simon, olha aí a confusão em que está”. É provável que sim. Mas V. Ex^a haverá de fazer justiça, porque, se tivéssemos ficado juntos, naquele momento, em que não era a hora do Dr. Ulysses, provavelmente, em vez da votação boa, mas insuficiente do Covas, e completamente insignificante do Dr. Ulysses, tivéssemos impedido o fenômeno Collor. Mas aconteceu, lamentavelmente aconteceu.

Vou fazer, agora, uma inconfidência. Talvez deixe V. Ex^a mal, meu querido Montoro, mas vou fazer: Franco Montoro é o mesmo Franco Montoro. Outro dia, estávamos reunidos, tomando café da manhã com um grupo grande de políticos e outras pessoas heterogêneas, discutindo o Brasil. Quando se deu a palavra a Montoro, Montoro era o mesmo. E deu um *show* de política econômica e social para o Brasil: no campo salarial é isso; no campo da economia é isso; no campo das relações pessoais é isso. Deu um *show*. Diz Franco Montoro: “Temos de nos reunir aqui. Aqui há pessoas muito importantes: há senadores, há deputados, há bispos, há pessoas significativas. Temos de levar o que está se passando aqui ao Presidente da República”. Foi quando eu lhe perguntei por que nós deveríamos levar, quando o Presidente de Honra do PSDB, professor e criador do Presidente da República, deveria fazê-lo pessoalmente; dizer todas essas coisas a uma conversa a dois com o Presidente da República. S. Ex^a teve de rir, tivemos de rir. Mas quero chamar a atenção: há de convir as mesmas idéias.

Por isso, Sr. Presidente, falo com emoção aqui, falo do amigo, falo do Líder, falo do companheiro, falo do estadista, falo do brasileiro. Volto a citar até o seu estilo. Montoro não é do estilo de radicalização, do agredir, do atingir. Montoro é do estilo de expor as suas idéias, de dizer o que pensa, o que sente. Montoro não é do estilo de atingir as outras pessoas e demonstrar o ridículo, ou seja lá o que for. Montoro não faz inimigos. Montoro ou faz amigos, ou faz pelo menos pessoas que o admiram. Por isso, vivemos hoje um momento, neste Senado, difícil de se repetir.

Ora, Srs. Senadores, Franco Montoro ocupou cargos. Passada a vida pública, ser S. Ex^a o que é hoje, nesta sessão, perante o Brasil, a unanimidade do respeito, da credibilidade, é muito difícil.

A Sr^a Emilia Fernandes – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Ouço V. Ex^a com todo o prazer.

A Sr^a Emilia Fernandes – Inicialmente, eu gostaria de solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex^a, porque faz uma retrospectiva histórica presenciada, vivida junto com este homem ilustre, político da História brasileira, que hoje é homenageado no Senado Federal. Portanto, eu gostaria de somar-me às homenagens de cumprimento que recebe o ilustre Deputado Franco Montoro, nesta tarde, dizendo que temos um profundo reconhecimento pela dedicação da significativa parte da sua vida à construção da história do povo brasileiro, principalmente pela sua luta na busca da integração da América Latina. Cumprimento V. Ex^a e tenho a certeza de que o pronunciamento que o Senador Pedro Simon está fazendo na tribuna representa a bancada do Rio Grande do Sul. Deputado Franco Montoro, receba os nossos cumprimentos e o desejo de uma vida cada vez mais feliz com histórias e páginas e mais páginas escritas da sua trajetória de vida e os nossos sentimentos também de solidariedade, amor e fraternidade extensivos à sua esposa, a quem também admiramos. Agradeço o aparte ao nobre Senador Pedro Simon, que está honrando a bancada gaúcha com o seu pronunciamento. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON – Eu que agradeço, profundamente, o aparte da prezada colega, Senadora do Rio Grande do Sul.

Mas, Deputado Franco Montoro, estou nesta tribuna como seu amigo. V. Ex^a sabe disso. Amigo das horas boas e das horas ruins. Tenho em V. Ex^a o amigo, principalmente das horas ruins – e eu as tive muitas na minha vida pessoal.

Tudo o que eu disse desta tribuna, meu querido amigo Franco Montoro, é minha obrigação. Não altera nada o conceito de V. Ex^a que já é nota 10. Eu ter vindo ou não a esta tribuna, o que eu disse todo o Brasil sabe e todos admiram V. Ex^a. Mas medindo as palavras, vou acrescentar: V. Ex^a que é tudo isso, querido Franco Montoro, tem hoje uma grande missão da qual

não pode se furtar. Não existe hoje, neste Brasil, político com a imparcialidade, com a seriedade, com a tradição, com a retidão, com a homogeneidade de V. Ex^a.

Não existe no Brasil, hoje, político com a autoridade de fazer e de sentir tudo isso a uma pessoa: o Presidente da República, pessoa que todos admiramos, mas que vive uma situação muito difícil. Hoje – repito –, meu querido Franco Montoro, o mundo inteiro vive uma situação difícil. O mundo vive uma época de transformação, de acomodação. Aonde vamos terminar? Como dizia Collor, no neoliberalismo? Ou, como diz V. Ex^a, na socialdemocracia, no solidarismo?

Para onde estamos caminhando? Quais são os projetos que se adaptam aqui ou ali?

Meu querido Montoro, o mundo está caminhando para a globalização, mas qual é o papel do Brasil nessa globalização?

Já se viu, agora, pela medida do Ministro Francisco Dornelles que a globalização tem de ser contida, tanto que aumentou de 20 % para 70% o imposto sobre brinquedos, porque estavam quebrando praticamente todas as fábricas de brinquedos brasileiras.

Nessa globalização que vem vindo, os Estados Unidos não estão estudando qual será seu papel, assim como o Japão, a Alemanha e a China. Qual é o nosso papel? Qual é a nossa política? O que estamos preparando para que nos adaptemos a esse mundo globalizado?

Tenho confiança no Presidente Fernando Henrique Cardoso, na sua dignidade, na sua seriedade, no seu caráter e na sua ânsia de acertar. Não tenho medo de Fernando Henrique, mas de que acertemos o caminho a seguir para que encontremos o lugar certo.

Que bom se o Presidente ouvisse mais V. Ex^a. Que bom se agora, neste domingo, quando V. Ex^a terá a homenagem do Brasil inteiro em São Paulo, com a presença do Presidente da República, baixinho possa dizer-lhe: “Olha, Fernando, precisa-

mos conversar mais um pouco lá fora”. Passado isso, teremos de conversar algumas coisas lá, talvez para ele esclarecer V. Ex^a e para que V. Ex^a possa ajudar a esclarecer o Brasil. Porque se V. Ex^a for para a tribuna da Câmara dos Deputados e fizer um pronunciamento analisando a política econômico-social do Presidente Fernando Henrique, dizendo que é por aí que se deve ir, serei um dos que vai parar para pensar. Se o Franco Montoro, que é isso que eu sei, que é o que admiro, o que eu respeito, defende essas idéias, diz que é esse o caminho, então vou parar duas vezes para pensar. É difícil, mas V. Ex^a nunca teve missão fácil.

Acho que para o País, para as pessoas que têm tradição, que têm história, para as pessoas que medem as palavras e as ações antes de agir – e há muitas pessoas neste Brasil –, uma palavra de Franco Montoro com relação à hora em que estamos vivendo e a política do Governo é da maior importância.

Portanto, posso dizer, de coração aberto, que se V. Ex^a analisar o que aí está e disser: “É esse o caminho”, eu acredito. Se o que está aí é o novo modelo de desenvolvimento, ouvindo o seu conselho, o Presidente Fernando Henrique Cardoso poderá adotá-lo como novo modelo de desenvolvimento.

Agradeço a honra de haver falado aqui e agradeço a mim mesmo; a mim agradeço a honra que Deus me concedeu de falar numa hora como esta, de alegria, de festa, que temos junto a nós um Franco Montoro inteiro, alegre, tranqüilo, com a sua trajetória, com o seu discurso, com a sua saúde, com o seu futuro. Numa hora desta, que bom estarmos reunidos, prestando esta homenagem a Franco Montoro. O Brasil inteiro, a partir dos próximos dias, vai silenciar, pois, fora os agradecimentos, as homenagens, muito provavelmente virá o pronunciamento, à Nação e ao Presidente, do querido Governador, Senador, Ministro e Deputado, grande estadista Franco Montoro.

MÁRIO COVAS

(Pronunciamento em 5 de março de 2002)

Senhor Presidente, ilustre Governador Geraldo Alckmin, Senhores Parlamentares, Senadores e Deputados, minhas senhoras e meus senhores, apenas um ano nos separa da morte de Mário Covas, ocorrida em março do ano passado, mas a verdade é que, hoje, já sabemos que o ex-Governador paulista tem assegurado o seu lugar entre os maiores políticos brasileiros de todos os tempos.

É difícil julgar um homem público, especialmente quando é decorrido tão curto espaço de tempo de sua morte. Aliás, sempre é recomendável deixar passar vários anos ou décadas para que suas obras frutifiquem, para que seus erros ou acertos administrativos ganhem contornos definitivos, para que se aquietem as paixões que a sua atuação desencadeou, a fim de que seja julgado com serenidade e isenção.

No entanto, já está bem claro para todos que Mário Covas era realmente um político fora de série e merece, passado um ano do seu falecimento, o elogio mais pleno e a homenagem mais irrestrita.

Certa vez, Mário Covas disse: “Político não é tudo igual, não. Eu não sou melhor do que ninguém, mas muitos são piores do que eu”. Eu gostaria de fazer uma ressalva a essa frase. Eu diria: ninguém da nossa geração de políticos e administradores públicos foi melhor do que Mário Covas. Se eu tivesse de desta-

car um traço que o tornou único entre os políticos de sua geração – e tenho a honra de me incluir na geração de Mário Covas, porque nascemos no mesmo ano e porque enfrentamos as mesmas lutas cívicas –, ressaltaria a sua sinceridade. Sim, eu destacaria a sua total franqueza, a sua impressionante sinceridade.

Foi dito e repetido, quando do falecimento de Mário Covas, que ele era um político que jamais escondia o que estava pensando, que ele era um político que não sabia mentir. Talvez o único, acrescentavam os maliciosos.

A verdade é que Mário Covas não tergiversava. Ia sempre direto ao que pensava, mesmo correndo o risco de desagradar os amigos e de agradar os adversários. Se julgava justo e correta a meta a que se propunha a atingir, Mário Covas não media esforços, não economizava energia, não evitava riscos.

Muitos atribuem essa sua franqueza à ascendência espanhola, ao seu quente sangue espanhol. Pode ser, mas a verdade é que esse traço de caráter se refletia de forma insofismável na sua atuação pública, porque determinava todas as suas ações e reações. Aliás, não havia diferença entre o Covas político e o Covas cidadão; ambos reagiam do mesmo modo: corajosa e abertamente.

A tradição brasileira não é a do aberto confronto de idéias, como preferia Mário Covas. A nossa cultura política é a de conversa ao pé do ouvido, do acordo secreto, do acerto sigiloso, do entendimento na surdina, dos movimentos de bastidores.

Mário Covas não era assim. Ele preferia a luta franca. Se tinha de discordar, discordava. Não contemporizava. Por isso era chamado de turrão, mal-humorado, ranzinza.

Quem não lembra daquele episódio em que, cercado por professores em greve, recusou-se a sair pela porta dos fundos de um prédio estadual. O teimoso Mário Covas, contrariando os elementos de sua equipe de segurança, saiu pela porta da frente, enfrentou os radicais e disse a eles que aquele era um movimento puramente político, já que ele, Covas, havia elevado bastante o salário dos pro-

fessores. Tentaram agredi-lo, mas ele saiu pela porta de frente, com a sua dignidade, passo a passo, entre os grevistas e cumprindo a sua missão. Pela porta dos fundos, nunca!

Como o próprio Mário Covas lembrou depois, nas entrevistas que deu à imprensa, a solução mais simples teria sido chamar a força policial. Bastava chamar a força policial para que garantisse a saída do Governador. Mas ele nunca faria isso!

Aquele é um episódio exemplar na vida de Mário Covas, porque mostra que ele era um homem que nunca procurava a solução mais fácil; muito ao contrário, procurava a saída mais digna, mais legítima, a mais democrática.

Em uma outra ocasião, Covas chegou a subir no carro de som dos que se manifestavam contra o projeto que ele havia enviado à Assembléia, aumentando a contribuição para a Previdência estadual. Ali, ele disse: “A obrigação de quem governa é esta: vir aqui e dar uma satisfação, ainda que não seja para agradar. Porque se for para agradar, todo mundo sabe fazer”.

Sim, o temperamento sangüíneo de Covas determinava todas as suas outras ações. Ele sempre reagiu de pronto, na hora. Como era um homem de sólida formação moral, não vacilava entre as opções. Tomava sempre, sem tardança, o caminho mais ético.

Eis aqui outra peculiaridade de Mário Covas, que o fazia destoar da tradição política brasileira: ele não retardava as suas decisões, não prorrogava as medidas que tinha de tomar, mesmo quando antipáticas.

Como é do conhecimento geral, grandes políticos brasileiros ficaram famosos por retardar ao máximo suas decisões, na esperança de que a passagem do tempo resolvesse os problemas ou dirimisse os confrontos.

Por tudo isso, pode-se dizer, sem medo de errar, que Mário Covas era, de certo modo, o “antipolítico” brasileiro.

Senhoras e senhores, em um segundo momento deste meu pronunciamento, queria destacar o fato que mais me parece la-

mentável na morte de Mário Covas: na minha opinião, o Brasil perdeu um grande Presidente.

Se não tivesse sido golpeado pela doença, estou certo de que Mário Covas seria o candidato à Presidência da República que uniria muitas forças, além do seu PSDB, na próxima eleição. E provavelmente seria imbatível.

O que credenciava Mário Covas para exercer a Presidência da República? Em primeiro lugar, seu vasto e brilhante currículo político e administrativo. Mas o que me dá plena certeza de que Mário Covas seria um grande Presidente é a sua gestão à frente do Governo de São Paulo nos últimos seis anos.

Todos lembram que quando Mário Covas assumiu o governo, o Estado de São Paulo estava em uma situação difícil. Adotando corajosas atitudes políticas, muitas delas impopulares, o Governador paulista conseguiu o que parecia ser impossível: colocar em ordem as finanças do mais rico estado brasileiro.

Lembro-me de um almoço no Palácio, em que lhe perguntei: Covas, como explicas essa intervenção no Banespa na antevéspera de assumires? Foi feito um acordo com o Presidente para que houvesse a intervenção e tu não sofreste desgaste?” Ele respondeu: “Eu era contra a intervenção. Não fui consultado. Tomei conhecimento da intervenção pela imprensa, porque nem o Governador nem o Ministro da Fazenda me telefonaram dizendo que iria haver intervenção no Banco do Estado de São Paulo”.

Falei com ele em outra ocasião: “Covas, o Presidente Fernando Henrique tem o grupo que o cerca, mas está faltando a presença, o conselho, a ação de pessoas como tu – pelo que tu és, pela tua biografia, pelo que representas no teu partido e por seres o Governador de São Paulo”. E ele me respondeu: “Lamentavelmente, o Presidente nunca me consultou sobre esses assuntos”. Havia uma crise na política brasileira. “Sobre esses assuntos, comigo ele não fala”.

Há um pronunciamento de Covas sobre a administração pública que considero de uma clareza solar, irretocável:

“Não compreendo porque começaram 14 hospitais para não terminar nenhum. Porque não construíram apenas um e terminaram, ao invés de deixarem 14 parados. Isso é um desrespeito ao dinheiro do contribuinte, que pagou pela obra inacabada e não pode utilizá-la.”

A recuperação das finanças de São Paulo foi um trabalho silencioso. Mário Covas não aumentou impostos, mas passou a cobrar mais resultados de seus secretários. Exigiu que os gastos públicos tivessem um retorno melhor para a sociedade. Pelo exemplo pessoal, imprimiu austeridade, empenho, seriedade e correção na condução dos negócios públicos.

Hoje, com as finanças saneadas, o Estado de São Paulo está em condições de tocar as grandes obras que foram sonhadas pelo engenheiro Mário Covas.

Nos dias que antecederam sua morte, Covas lamentou muito não ter mais condições de concretizar o que havia planejado, já que somente após seis anos de mandato teria algum recurso para investir.

Aliás, neste ponto, cabe mencionar um outro traço pessoal de Mário Covas que chamava a atenção de todos os que o cercavam: a sua mentalidade de engenheiro. Mário Covas era cartesiano, pragmático, gostava de tudo às claras, bem explicado, bem planejado. Suas decisões administrativas visavam sempre os melhores resultados em benefício dos cidadãos, com o menor gasto.

Na gestão dos negócios públicos, Mário Covas não se prendia a modismos ideológicos. Ele era um socialdemocrata convicto e, como tal, repudiava os dogmas tanto da direita quanto da esquerda.

Mário Covas desprezava o populismo: “Um fantasma que assombra tanto as agremiações de direita quanto as siglas de es-

querda; vício político que vive da manipulação das massas menos esclarecidas”.

Se, de um lado, pode-se dizer que Mário Covas seria um grande Presidente da República, pelas suas virtudes de administrador, de outro lado, deve-se ressaltar o seu total desapego ao poder, às formalidades que cercam o poder. Sabemos como muitas pessoas, desde o mais alto aos médios escalões, mudam e se transformam no exercício do poder.

Mário Covas, mesmo tendo sido Prefeito da maior cidade da América do Sul e Governador do estado mais rico do Brasil, não se deixou contagiar pela arrogância ou pela insensibilidade ou pela indiferença que acompanham muitas vezes o exercício do mando político.

O desapego ao poder é outra das grandes qualidades de Mário Covas. O poder, para ele, era o instrumento para servir o povo, para governar em favor dos mais vulneráveis.

Lembro-me de que, Governador do Rio Grande do Sul, quando estavam surgindo os movimentos para criar o PSDB, o Orestes Quércia, então Governador de São Paulo, chamou-me dizendo que sabia da minha amizade com Mário Covas e gostaria que eu dissesse a ele que se ficasse no PMDB teria sua candidatura a Governador absolutamente garantida. Fui ao gabinete do Covas. Estavam lá ele, o então Senador Fernando Henrique, o Richa e outras pessoas. Transmiti o recado: “Estou aqui, como emissário do Governador de São Paulo, para dizer que é um compromisso de honra: o candidato a Governador na legenda do PMDB és tu”. Os outros colegas riram, como se não devêssemos acreditar no Quércia. Diziam que era embromação para o Covas ficar e, depois, o Quércia faria o que quisesse. O Covas respondeu: “Tenho convicção de que se eu ficar no PMDB serei o candidato a Governador, porque é a minha vez. Na primeira eleição, o Quércia concorreu com o Montoro, mas perdeu, porque era a vez do Montoro. E o Quércia se contentou. Na segun-

da eleição, concorri com o Quércia, mas ele possuía a máquina do governo, o Montoro praticamente cedeu a ele todas as forças políticas, e ele possuía a maioria na convenção. Agora, é a minha vez. Se eu ficar no PMDB, serei o candidato. Mas não vou ficar, porque os meus companheiros – o Pimenta, o Richa, o Scalco, o Fernando Henrique e outros tantos – estão saindo e eu vou sair com eles”.

Naquela ocasião, e alguns dias depois, no Rio Grande do Sul, ele insistiu muito para que eu também fosse para o PSDB. Respondi que a minha amizade com o Ulysses e o meu esforço na busca de uma solução para o País me levavam à tese de que o importante não era, a cada divergência, construir um novo partido. Se havia divergências no partido, em São Paulo, se eles eram minoria no partido, em São Paulo, tinham de lutar para conseguir a maioria, porque se cada vez que fôssemos minoria construíssemos novos partidos, nunca teríamos partidos consolidados. Mas o Covas, sabendo que era candidato a Governador pelo PMDB, entrou no PSDB. Imprevisível o que iria acontecer, mas ele não estava pensando nisso, seguiu a meta do seu sentimento.

O temperamento de Mário Covas – sua franqueza rude e seu decantado mau humor – acabou sendo muito explorado pela imprensa. Mas a verdade é que Mário Covas tinha muitas virtudes escondidas sob o seu jeito turrão. Era um amigo afetuoso, dedicado e prestimoso. Sou um dos que podem dizer isso, pois nas horas mais dramáticas e mais difíceis da minha vida, Mário Covas foi de São Paulo a Porto Alegre para levar a solidariedade, o carinho e a amizade.

Cassado pela violência, pelo arbítrio, o grande Líder do PMDB era um jovem, um guri, um engenheiro, e, boquiabertos, todos assistiam aos seus pronunciamentos espetaculares, que seguiam uma linha de bom senso, uma linha de equilíbrio, de dizer não à radicalização e sim ao avanço da democracia.

Quando fomos visitá-lo, era impressionante ver a serenidade de Mário Covas: sem ódio, sem malquerença. Aquele turrão, aquele revoltado estava em paz com sua consciência, aconselhando-nos a prosseguir: “Vocês têm de continuar”. Havia um movimento no sentido de renúncia coletiva, de voto em branco, e ele nos incentivou a prosseguir, pois que a caminhada ainda não tinha terminado. E lá foi ele cuidar da sua vida, o que fez durante dez anos, voltando depois para continuar a sua liderança.

Era um amigo, repito, afetuoso, dedicado e prestimoso. Ao contrário do que alguns imaginam, Mário Covas sabia ouvir com atenção. Era uma personalidade agregadora, homem de partido, uma espécie de bússola do PSDB, uma bússola que evitou grandes extravios em certos momentos.

Se o nosso amigo Serra hoje é candidato, se o Fernando Henrique hoje é Presidente da República, muito se deve ao Covas. Em determinado momento, o comando do PSDB já estava praticamente com o acordo selado e fechado com o Collor para fazer parte do Governo do Covas – Fernando Henrique, inclusive, seria o chanceler. Ele não conseguiu realizar o grande sonho da sua vida com Tancredo, com Serra e muito menos com o Collor; conseguiu fazê-lo com Itamar. Três Ministros e o Collor, justiça seja feita, que estava querendo dar um novo rumo ao seu governo para retomar a credibilidade perdida, achavam que, com o PSDB, o assunto estaria resolvido. Praticamente a imprensa toda já sabia que o acordo seria aprovado e que os ministros seriam indicados. Só não esperavam por Mário Covas e seu discurso, um discurso tão claro, tão preciso, tão real, tão objetivo, que os mais apaixonados tiveram de reconhecer que estavam errados. O discurso de Covas retirou o PSDB do funeral do Collor, e, pouco depois, a CPI, que seria instalada de qualquer maneira, levou-o ao *impeachment*.

Na CPI do *impeachment*, que atuação emocionante foi a de Mário Covas: seriedade, imparcialidade, austeridade. Ele bus-

cou todas as fórmulas, mesmo as mais humildes, de ajudar nas investigações. Com dois grupos, foi a São Paulo consultar um e outro, buscar provas. Enfim, o seu trabalho, realmente, foi excepcional e o dignificou e também o seu partido.

Discursando na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em outubro de 2000, Covas definiu com precisão a questão da ética na vida pública. Disse ele: “A ética na política exige exatamente um comportamento permanente a esse respeito. Exige uma crença dos valores que a ética cultiva, uma crença no povo, uma crença na democracia, uma crença na seriedade. E, quando falo em seriedade, não falo em honestidade. Vou mais longe do que isso. Falo em integridade, falo na capacidade que cada um tem de se conduzir de forma adequada em cada circunstância, em cada momento, fazendo com que a política seja colocada num plano superior a cada um dos políticos. Ao fazermos isso, nós certamente estamos contribuindo para a ética na política”.

Senhoras e senhores, como todos os homens de nossa geração, Mário Covas viu transcórrer sua vida política entre um breve interlúdio democrático, a longa ditadura e, por fim, o retorno à democracia plena, com a Constituição de 1988.

No que se refere à economia, este País avançou, embora tenhamos passado por quadras muito ruins, com inflação persistente, endividamento irresponsável por parte de agentes públicos. Em função desses problemas, a década de 80 foi considerada a década perdida. Depois de muitos planos econômicos desastrosos, só conseguimos alcançar a estabilidade econômica em meados dos anos 90. Foi o Governo Itamar Franco, com o Plano Real, que iniciou o combate à inflação e a normalização do déficit público. Restou, porém, a grande, a absurda, a indigna e desumana dívida social. Avançamos na política, na economia, mas, no terreno social, continuamos a ser uma das mais injustas nações, se não a mais injusta, na distribuição da renda.

Essa injustiça social era muito sentida por Mário Covas. Ele não conseguia entender como um País tão rico como o Brasil podia ter uma parcela tão grande de sua população passando necessidades.

Mas ele fez a sua parte. Ao recuperar as finanças de São Paulo, preparou-se para desencadear um grande programa de investimentos, gerando milhares de empregos, o que beneficia diretamente os mais humildes.

Mário Covas, um homem à frente de seu tempo, despertou antes dos demais para a importância da responsabilidade fiscal. Sabia que só um estado saneado pode prestar os serviços reclamados pela sua população, principalmente a população mais pobre. Mas Covas ia além. A essa responsabilidade, somava o seu sonho de toda uma vida: a construção de um país socialmente mais justo.

Senhoras e Senhores, nunca a classe política brasileira esteve tão desprestigiada quanto hoje. Quando se faz um levantamento para ver em quais instituições o cidadão brasileiro menos confia, uma posição de desonra sempre é reservada aos políticos.

É verdade que os políticos são mal vistos em muitos outros países, porque os povos de todas as línguas costumam atribuir sempre a persistência de mazelas sociais ou administrativas à má-fé, à má índole, aos maus propósitos e aos baixos instintos da classe política.

Nesse meio ambiente hostil e adverso, Mário Covas era o modelo e o protótipo do autêntico, do legítimo, do verdadeiro representante do povo, distante das imperfeições que lhe atribuem o cidadão comum.

Mário Covas era a honestidade, num meio saturado pelas denúncias de corrupção e de maus-tratos ao dinheiro público.

Mário Covas era a verdade, numa atividade marcada pela dissimulação, pela falsidade e pela mentira.

Mário Covas era o interesse público, num meio marcado pela defesa desavergonhada dos interesses mais particulares e indefensáveis.

Mário Covas era a coragem, numa classe marcada pelos exemplos de covardia, de traição, de duplo sentido.

Mário Covas era a ética, num ambiente contaminado pela indecência, pelas tentações, pelas fraquezas do ser humano.

Mário Covas era o político, num momento da história em que essa categoria se transforma quase numa ofensa, numa desqualificação.

Mário Covas era tudo isso.

Mário Covas foi um exemplo, um marco, um paradigma num país hoje flagelado pela carência de homens e de referências.

Mário Covas se foi, mas ficou seu exemplo.

O Brasil seria melhor, mais justo, mais feliz, se guisasse os exemplos e as lições de homens como Mário Covas. Sejamos, todos nós, um pouco de Mário Covas. E o Brasil, com certeza, ser-nos-á grato.

Levo o meu abraço ao ilustre Governador de São Paulo, continuador de sua obra, e à família de Covas, na pessoa de D^a Lila Covas e de todos os seus familiares.

Encerro, não podendo fugir de uma publicação da *Folha de S.Paulo*. Trata-se de uma mensagem que emocionou o Governador Mário Covas na primeira entrevista que concedeu após se submeter a uma cirurgia para retirar dois tumores malignos no intestino.

O texto contém uma fábula, de autoria desconhecida, que foi adaptada para Covas pela Professora Mary Lourdes Machado Barbosa, do Rio de Janeiro:

Um dia, uma pequena abertura apareceu num casulo. Um homem sentou e observou a borboleta por várias horas, conforme ela se esforçava para fazer com que seu corpo passasse através daquele pequeno buraco.

Então, pareceu que ela havia parado de fazer qualquer progresso.

Parecia que ela tinha ido o mais longe que podia, e não conseguia ir mais.

Então o homem decidiu ajudar a borboleta: ele pegou uma tesoura e cortou o restante do casulo. A borboleta, então, saiu facilmente.

Mas seu corpo estava murcho e era pequeno e tinha as asas amassadas.

O homem continuou a observá-la porque ele esperava que, a qualquer momento, as asas dela se abrissem e esticassem para serem capazes de suportar o corpo que iria se afirmar a tempo.

Nada aconteceu! Na verdade, a borboleta passou o resto de sua vida rastejando com um corpo murcho e asas encolhidas. Ela nunca foi capaz de voar.

O que o homem, em sua gentileza e vontade de ajudar, não compreendia era que o casulo apertado e o esforço necessário à borboleta para passar através da pequena abertura era o modo pelo qual Deus fazia com que o fluido do corpo da borboleta fosse para as suas asas, de forma que ela estaria pronta para voar uma vez que estivesse livre do casulo.

Algumas vezes, o esforço é, justamente, o que precisamos em nossa vida. Se Deus nos permitisse passar através de nossas vidas sem quaisquer obstáculos, nos deixaria aleijados. Não iríamos ser tão fortes como poderíamos ter sido. Nós nunca poderíamos voar.

Eu pedi forças... e Deus deu-me dificuldades para fazer-me forte. Eu pedi sabedoria... e Deus deu-me problemas para resolver.

Eu pedi prosperidade... e Deus deu-me cérebro e músculos para trabalhar.

Eu pedi coragem... e Deus deu-me pessoas com problemas para ajudar.

Eu pedi favores... e Deus deu-me oportunidades.

Eu não recebi nada do que pedi... mas eu recebi tudo de que precisava.

Saudades, meu amigo Mário Covas! Em nome dos teus amigos, dos teus irmãos, levo a ti a minha mais sentida homenagem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

LEONEL BRIZOLA

(Pronunciamento em 21 de junho de 2005)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, aqui estou hoje para homenagear um grande brasileiro, um excepcional líder político gaúcho. Refiro-me ao engenheiro Leonel de Moura Brizola, cuja morte aos 82 anos ocorreu exatamente há um ano.

Leonel Brizola, por sua vasta obra política, por sua visão aguda da conjuntura nacional e internacional, foi um grande estadista, um verdadeiro estadista, embora não tenha assumido, como se esperava, a Presidência da República. Reivindicou para si o título de herdeiro de Getúlio Vargas e de João Goulart.

Leonel Brizola foi um extraordinário comandante político numa geração que contou com outros homens de grande envergadura. Eu citaria, para exemplificar, apenas três dos seus contemporâneos: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Miguel Arraes.

Brizola é um homem político cuja biografia, com o passar do tempo, cada vez mais se engrandecerá. Julgado pela História, ele terá, enfim, reconhecida a sua grande colaboração a este País.

Início este pronunciamento relatando um episódio que ilustra bem a grandeza desse homem. Na eleição de 1989, passaram para o segundo turno os candidatos Fernando Collor, que teve 22 milhões de votos, que correspondiam a 28,5% dos vo-

tantes, e Luiz Inácio Lula da Silva, com 11,6 milhões de votos, correspondendo a 16% dos votos.

Em terceiro lugar, ficou Leonel Brizola, que recebeu 11,1 milhões de votos – ali, colado em Lula. Depois, em quarto lugar, vinha Mário Covas, que teve 7,8 milhões de votos.

É importante salientar que, exatamente em uma hora como essa, Brizola procurou Lula dizendo: “Você tirou o 2º lugar; eu tirei o 3º e o Covas, 4º. Ficaram você e o Collor, mas eu tenho a convicção de que, para ganhar do Collor, o homem é o Covas. O Covas tem todas as condições, porque contra você se levantarão muitas campanhas, muitas forças empresariais, de tudo o que se possa imaginar. Contra o Covas, não há nada”. O Lula reuniu o seu Partido, e o PT não concordou. Eu até respeito que o PT não tenha concordado, mas acho importante destacar o mérito de o Brizola, àquela altura, procurar o Lula para encontrar o nome. E, a esta altura, nós sabemos, não há dúvida nenhuma de que o Covas teria ganho do Collor. O Covas estava mais preparado. O Covas não receberia – até digo, quase que ingenuamente – os ataques grosseiros por parte do Collor. E o Covas não teria um programa de televisão cruel, como a Globo fez sobre o debate entre Lula e Collor, que, na minha opinião pessoal, definiu a eleição. E um programa que não correspondia à realidade. Eu, governador, assisti até o fim, e acho que o Collor foi melhor, porque o Lula não respondeu como devia ter respondido. Quando se falou na filha dele, ele deveria ter dito: “Eu reconheci minha filha. Minha filha hoje tem o meu nome. Enquanto que você...” E aí, meu Deus do céu, o que podia ser do Collor!? Brizola teve essa grandeza.

Ainda há um outro episódio peculiar naquela mesma eleição e que mostra como o acaso pode ter influência na vida de um país. O então Senador Maurício Corrêa – que viria a ser, depois, Presidente do Supremo Tribunal Federal – quis reunir em Brasília, na casa dele, Brizola e Itamar Franco. Maurício Corrêa

achava que, tendo Itamar Franco como vice na sua chapa, Brizola seria imbatível.

Houve um contratempo qualquer e o encontro entre Brizola e Itamar acabou não se realizando. Em função do desencontro e de outros acontecimentos, Itamar acabou sendo vice de Fernando Collor de Melo, e assumiu o Governo. Se Itamar fosse o vice de Brizola, provavelmente a chapa vitoriosa seria a deles.

O candidato a vice de Brizola, naquela ocasião, não representava nada, com todo o respeito a ele. E se Itamar tivesse sido o vice-Presidente, mudaria a situação de Minas Gerais.

Preciso mencionar aqui um outro fato extraordinário da vida desse grande líder político. Refiro-me ao episódio histórico da chamada “Legalidade”.

Naquele evento dramático, ocorrido num momento muito grave da vida nacional, Leonel Brizola mostrou-se disposto a um sacrifício ainda maior do que abrir mão de uma simples candidatura. Dispôs-se a lutar, e, se necessário, morrer debaixo das bombas que ameaçaram o Palácio Piratini. Mas ele disse que resistiria até o fim, lutando pela posse do Presidente João Goulart.

Em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, forças conservadoras tentaram impedir a posse do vice-Presidente eleito, João Goulart, que se encontrava em viagem à China.

Os golpistas pretendiam que uma junta militar assumisse o Governo do País. Para comandar a reação, Brizola requisitou uma importante emissora do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, cujos estúdios foram instalados dentro do Palácio Piratini. Aos poucos, outras emissoras do Brasil inteiro se juntaram à Guaíba e foi criada a chamada “Cadeia da Legalidade”. Logo as transmissões estavam chegando a todo o Brasil.

Diante da ação corajosa de Leonel Brizola, os golpistas recuaram. Em meio à crise, o Congresso Nacional achou uma

fórmula intermediária para garantir a posse de João Goulart. Instalou-se o parlamentarismo. Em resumo, com um microfone, Leonel Brizola derrotou os militares com toda a sua força. Sua resistência foi essencial para que João Goulart assumisse a Presidência da República.

Leonel Brizola foi um homem de reconhecida probidade, dignidade e seriedade, assim como o foram também os grandes políticos trabalhistas do Rio Grande do Sul, como Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Salgado Filho.

Brizola casou-se com uma mulher extraordinária, Dona Neuza, que era proveniente de família abastada. Dona Neuza era irmã de João Goulart. Conta-se que, certa vez, Leonel Brizola herdou uma fazenda da família da esposa e nela fez o seu pioneiro programa de reforma agrária.

É a única notícia que se tem de alguém que, tendo uma fazenda, fez questão de distribuí-la, realizando um autêntico projeto de reforma agrária, lá no Banhado do Colégio, em terras de sua propriedade. Uma herança que ele, nascido pobre, que praticamente nada tinha, poderia valorizar. Era a sua chance de transformar-se em fazendeiro. Não fez isso, e colaborou para a reforma agrária.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mais tarde, como governador, tomou medidas concretas para que se iniciasse, por fim, o processo da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Leonel Brizola teve um início de vida muito duro. Seu pai foi assassinado brutalmente nas lutas entre Chimangos e Maragatos. Foi criado por sua mãe, mulher de grande valor. Garoto ainda, foi para Porto Alegre. Na capital, trabalhou como ascensorista e

como engraxate, até conseguir uma vaga no Instituto Agrícola de Viamão. Formou-se ali e, a seguir, estudou engenharia.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Ex^a, com prazer, Senador Paulo Paim.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Também peço um aparte, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, o tempo urge, mas gostaria de dizer uma frase. Pedro Simon, nosso Senador, V. Ex^a foi companheiro de Leonel Brizola nessa longa caminhada em defesa da democracia. Brizola lembra educação e lembra a questão da reforma agrária, como V. Ex^a cita. Mas V. Ex^a, que é um grande homem, de forma generosa, lembra nomes do Rio Grande: João Goulart, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas. Vou terminar dizendo que, entre os grandes políticos do Rio Grande, quero que fique também registrada a figura de V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Só isso. Obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A amizade leva a gente a cometer equívocos. Mas agradeço a amizade de V. Ex^a

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, neste momento da solenidade, quero de público, em nome do PT, fazer também um agradecimento. Refiro-me àquele momento, em 1989, do segundo turno das eleições pre-

sidenciais em que Leonel Brizola e Mário Covas sobem ao parlance de Lula, em São Paulo. Naquele momento, a arrancada para o segundo turno fez com que essas forças chegassem a mais de trinta milhões de votos – o que não é um número pequeno. Além de tudo o que já foi dito por V. Ex^a e demais senadores em homenagem a Leonel Brizola, aquele momento precisa também ser registrado. Apesar de todas as críticas que já foram feitas de ambos os lados, na construção da virada de página do Brasil pela redemocratização, aquele momento é impagável. Por isso, agradeço a V. Ex^a, em nome do PT, e felicito V. Ex^a pelo discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador. Em 1945, juntamente com outros líderes sindicais, fundou o primeiro núcleo gaúcho do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro. Um ano depois, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte Estadual. Em 1954, tornou-se deputado federal, com a maior votação até então alcançada no Rio Grande do Sul. Um ano depois, deixou o mandato para assumir a Prefeitura de Porto Alegre.

Como prefeito de Porto Alegre, teve desempenho excepcional. Já naquela época, criou várias obras viárias que só bem depois tiveram seu valor reconhecido. Brizola tinha uma visão de futuro.

Depois, em 1958, assumiu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ali desenvolveu uma gestão de altíssima qualidade, que acabou por destacar nacionalmente o seu nome. Mostrou que era, acima de tudo, um entusiasta da educação. Fez algo que até hoje impressiona: construiu 5.500 escolas no Rio Grande do Sul.

À frente do Governo gaúcho, enfrentou e venceu empresas multinacionais. Acabou encampando companhias que exploravam a telefonia e a energia elétrica. Com essas encampações, passou a ser conhecido internacionalmente. Temos aqui uma outra marca de sua atuação política: era um verdadeiro naciona-

lista. Levou adiante grandes obras: criou a Aços Finos Piratini; instalou a Refinaria Alberto Pasqualini.

Em 1962, ainda governador gaúcho, Brizola candidatou-se e foi eleito deputado federal pelo então Estado da Guanabara. Em 1964, novamente, tentou mobilizar a sociedade contra o golpe militar. Não conseguindo, exilou-se no Uruguai, de onde foi expulso com o golpe militar naquele país, em 1977, mudando-se, daí, para Portugal.

Depois da ditadura de 1964, sofreu um duro exílio que durou mais de 15 anos. Na verdade, Brizola quis reagir ao golpe. Insistiu com João Goulart para que não entregasse o cargo. Eu lá estava e me lembro muito bem quando Brizola dizia a Jango: “Me nomeie Ministro da Fazenda e nomeie o General Ladário Ministro da Guerra.” Lamentavelmente, o General Ladário dizia que já havia grandes deserções e que a resistência seria realmente difícil.

E João Goulart, evitando uma guerra civil, viajou para o Uruguai. E Brizola, no seu exílio, tentou, de todas as formas, criar um movimento de resistência aqui no Brasil.

Com a anistia de 1979, Leonel Brizola voltou ao Brasil e fundou o seu próprio partido. Nós, do PMDB, achávamos que a oposição deveria permanecer unida num só partido. Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Inicialmente, Brizola tentou recriar o antigo e querido PTB, mas a sigla foi apropriada por Ivete Vargas. Então, ele fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que comandou por toda a sua vida.

Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Brizola tentou criar o PTB, mas conseguiu criar o PDT.

Depois do retorno ao Brasil, Brizola elegeu-se duas vezes governador do Rio. Em 1982, elegeu-se após uma contagem pa-

ralela dos votos sob seu comando, porquanto foi constatada, logo em seguida, uma fraude enorme decorrente de programa adulterado usado pela Justiça Eleitoral. Em 1991, voltou ao Governo do Rio, onde permaneceu até 1994.

É extraordinário lembrar a administração de Brizola no Rio de Janeiro. Os Cieps são talvez a fórmula mais espetacular de educação que se conhece em toda a América Latina. Os Cieps que ele construiu ofereciam educação com tempo integral, pois não adiantava, segundo ele, manter a criança na escola por quatro horas, e, o resto do tempo, ela ficar na rua. Também não adiantava ir à escola com fome, não tendo o que comer. O Ciep foi uma organização extraordinária, talvez uma das mais bonitas criações do sistema educacional brasileiro.

Encerro este meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que Brizola foi realmente um verdadeiro estadista, um dos maiores políticos do século XX. Digno, de honestidade comprovada, sério, totalmente voltado para a vida pública, administrador de visão, gestor competente, corajoso, humanista e legalista. Esse era Leonel Brizola, um homem que merece o respeito de todos os brasileiros.

Leonel Brizola alinha-se entre os maiores políticos brasileiros deste último século, ombreando-se com Getúlio Vargas, Juscelino, Tancredo, Ulysses e Alberto Pasqualini.

Leonel Brizola deixou o exemplo de trabalho incessante e incansável a todos nós que nos dedicamos à vida pública, independentemente da linha política adotada por nós individualmente.

Aos integrantes do seu Partido Democrático Trabalhista, aos seus familiares envio as mais calorosas homenagens.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas a minha solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência, cumprimentando-o pela bonita homenagem que faz ao ex-Governador, Deputado Brizola. Meus cumprimentos a V. Ex^ã

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, rapidamente, gostaria de solidarizar-me com as palavras de V. Ex^a a respeito do notável homem público que foi o Governador Leonel Brizola. Acho que a história fará justo reconhecimento de sua obra e sobretudo de sua conduta. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

MIGUEL ARRAES

(Pronunciamento em 17 de agosto de 2005)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não podia deixar de vir a esta tribuna e trazer aqui o carinho da minha saudade à extraordinária figura de Miguel Arraes.

A morte de Miguel Arraes encerrou um ciclo neste País. Líderes como ele, como Teotônio Vilela, como Tancredo Neves, como Ulysses Guimarães, como Mário Covas, como Franco Montoro, como Leonel Brizola morreram e não deixaram sucessores. Esses homens viveram uma época extraordinária da luta e da resistência.

Arraes, o maior representante nordestino, o mais autêntico representante do Nordeste, que, desde o início, jovem secretário de Estado, prefeito da capital, três vezes governador, sempre fez questão de ser um representante do Nordeste, um representante das classes sofredoras, dos humildes e dos trabalhadores; um homem que, quando governador, teve a capacidade, embora sendo um homem de Esquerda, com grande resistência às classes dominantes, de dialogar com os produtores de cana. E conseguiu, à época, um inédito entendimento, oportunidade em que os trabalhadores dos canaviais passaram a ter as suas primeiras garantias, pois eles deixavam de ser trabalhadores praticamente de um sistema feudal e passaram a ser trabalhadores com respeito próprio.

Foi impressionante ver, no domingo, a tristeza, a mágoa de um povo, de gente simples, vinda do interior de Pernambuco,

gente que, durante 24 horas, na fila, esteve levando o seu carinho e o seu abraço ao grande pai Arraes.

Faço questão de dizer que é difícil encontrar na política brasileira alguém com a coerência e com a fidelidade aos seus princípios como Miguel Arraes.

Tive a felicidade de conviver com essa geração de políticos na direção do PMDB, do velho MDB, em que, na Executiva Nacional, Miguel Arraes era o símbolo. Nada se fazia sem ouvir o Arraes. E o Arraes, meio rabugento às vezes, era sempre fiel ao seu pensamento e aos seus princípios.

Dr. Ulysses, Presidente notável do nosso partido, às vezes se queixava: “Pedro, tu que és tão amigo do Arraes, vê se ele se acalma um pouco. Eu sou presidente do MDB, mas tem uma ditadura militar ali fora. Eu não posso fazer as coisas como ele acha que eu tenho o poder de fazê-las”. Realmente, o Dr. Miguel Arraes era inflexível, cobrando posições e alinhamento.

Quando ele retornou do exílio – foi um dos episódios que eu guardo na memória como um dos mais lindos a que eu assisti –, lá no aeroporto do Rio de Janeiro, o Arraes chegando do exílio, e um mar de jovens à sua espera em frente do aeroporto. Quando chega a hora de o Arraes falar, não tinha alto-falante, não tinha microfone. Mas o Arraes falou. Falou ao vivo. E aquela multidão de jovens, à medida que ele ia falando, uns se viravam para os outros e as repetiam para os que estavam atrás, que as iam repetindo para os que estavam mais atrás ainda. Formou-se um espetáculo, um círculo de vida: jovens, chorando, repetindo as frases ditas pelo Arraes; jovens, recebendo aquele seu líder, que, durante tanto tempo, lá na Argélia, tinha curtido seu exílio; aquele líder que resistiu à ditadura. Tiveram de tirá-lo do Palácio, preso, e levá-lo para Fernando de Noronha, onde longo tempo ficou recluso, até que, por um *habeas corpus*, viajou para o exterior.

Quando chegou, o Brasil inteiro esperava por Arraes. Qual era sua definição política? Para onde iria? O Dr. Brizola, que já

havia seguido seu rumo, criando um partido próprio, fazia questão de que Arraes fosse para o seu partido. Ofereceu-lhe, inclusive, a presidência nacional, deu-lhe a perspectiva de ser candidato à Presidência da República por essa nova legenda. Arraes, sisudo, duro, inflexível, ranzinza com o Dr. Ulysses e com o Dr. Tancredo, disse-lhes que ficaria no MDB. O MDB foi o partido que resistiu, lutou contra a ditadura, fez a sua parte. Creio que, agora, não é a hora da divisão; não é a hora de escolher o candidato, Ulysses; não é a hora de sairmos da Oposição. É a hora de estarmos juntos, de mãos dadas e de levarmos adiante a caminhada pela derrocada da ditadura.

Ele ficou no MDB como a figura do carvalho, que não se dobra. Houve aquele célebre debate em que o Dr. Tancredo disse: “O MDB de Arraes não é o meu MDB”. E ele respondia com grandeza: “Não sei qual é o MDB do meu amigo Tancredo; posso dizer qual é o meu MDB”. E começava a citar os problemas e as reformas sociais pelas quais lutava.

Nunca vi uma figura como o Dr. Arraes, que não se dava ao luxo de nada, a não ser da luta permanente e constante pela derrubada da ditadura. Não me lembro de ninguém como o Dr. Arraes, que tinha seus amigos espalhados – está ali o Governador Tasso Jereissati, por quem ele tinha um carinho especial, um respeito muito grande, embora suas idéias fossem diferentes. Era assim o Dr. Arraes.

Dona Magdalena era uma figura fantástica. Sua maneira de criar os dez filhos... E a orientação que ele tinha para a linha dos seus pronunciamentos... Dizia-me seu filho que ele não era muito dado à religião, mas que contava para os filhos que sua mãe lhe ensinara uma lição: “Olha, Miguel, acredite ou não acredite em Deus, quando tiver um problema muito difícil, reze três ave-marias”. E o velho Arraes dizia que, nas horas mais difíceis, rezou as três ave-marias, que lhe fizeram muito bem.

Sinto uma dor muito grande ao falar aqui, porque Deus me deu a honra de conviver com esta gente todos os dias, de manhã, à tarde, à noite: Ulysses, Tancredo, Teotônio, Miguel Arraes, Montoro, Mário Covas. V. Ex^{as} já imaginaram: anos e anos, reunidos até madrugada, conversando, debatendo? Aquela gente com um ideal, com uma força de civismo, analisando, tendo como outro lado uma ditadura militar, brutal, violenta, que não perdoava absolutamente nada? E nos reuníamos, quando alguns defendiam a tese de que não poderia ser diferente. Tínhamos de partir para a luta armada. Era ridículo imaginar que o MDB, um grupo de incautos e irresponsáveis, fosse resolver o problema de uma ditadura que tinha apoio externo, como o norte-americano, que também acontecia no Cone Sul, com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai. E imaginávamos que fôssemos derrubar esse regime: “Vamos para a guerrilha, para a luta!” Estava lá o nosso amigo José Dirceu, na luta, na guerrilha; o ex-Presidente do PT, no Araguaia. Ocorriam as prisões dos embaixadores, trocados por presos políticos. O Dr. Brizola recomendava o voto em branco. Em 1970, a Arena tirou o primeiro lugar; o voto em branco, o segundo lugar; e o MDB, o terceiro lugar. Nesta Casa ficamos com sete senadores.

E vem o movimento para extinguir o MDB. “O MDB é um grupo de irresponsáveis. Vocês estão coonestando o regime. O que vocês têm que fazer é extinguir o MDB”.

E nós, reunindo-nos, resistindo, levando adiante. De um lado, Teotônio, com quatro cânceres, percorrendo o País, defendendo o fim da tortura, visitando as cadeias do Brasil inteiro. Ele dizia para os jovens: “Meu médico disse: vá para Paris; há meios de viver, de dar tranqüilidade à vida, de gozar o final de sua vida, desde que não a leve de forma maluca, andando de aeroporto a aeroporto, correndo para lá e para cá”. E acrescentava: “Tenho que morrer na minha caminhada, pela luta do meu povo”.

Esta geração, estes homens fizeram história: Tancredo, Teotônio, Ulysses, Covas, Montoro, Arraes. E como a vida é ingrata! E como a vida é injusta! Temos de nos dobrar aos desígnios de Deus, que assim o quis.

Eu dizia do Dr. Ulysses, em sessão especial em sua homenagem, que ele era como Moisés, que dirigiu o povo judaico, por 40 longos anos, pelo deserto, até que enxergou, do outro lado, a terra prometida, momento em que Deus lhe disse: “Você não vai. Você fica, vai ser enterrado aqui”. Com o Dr. Ulysses foi assim. Não foi nem enterrado; no mar está seu corpo.

Tancredo se elegeu presidente da República e não assumiu. Montoro, nos seus gestos de grandeza, podia ter sido candidato várias vezes, mas não o foi. Quanto a Arraes, vários partidos – a Esquerda, inclusive – muitas vezes se reuniram para que ele fosse o candidato. Ele gostaria de ter sido, mas não foi. Ficou até a implantação total da democracia, enquanto o MDB era MDB, enquanto com o Dr. Ulysses o nosso partido era o partido; ficou ali, firme, defendendo as suas causas, a sua bandeira.

Olhem, meus amigos, vou dizer-lhes: Arraes, Brizola, Ulysses, Tancredo, Teotônio, Montoro, Covas, essa é uma geração fantástica. Por isso, derrotaram os militares. Foram cinco generais ditadores, mesmo com toda a força, com todo o poderio, com a imprensa nacional, com absolutamente tudo a seu favor. Sem derramar uma gota de sangue, sem um tiro, essa gente conduziu o povo brasileiro. Assim como Gandhi fez a independência da Índia pelo amor, nós conduzimos o povo brasileiro pela liberdade, pelo respeito e pelo amor.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Essa geração termina com a morte de Miguel Arraes. Foi caindo um, outro e mais outro. Agora, com a morte de Arraes, somos órfãos dessa

geração. É claro que virão outros – a vida está aí -, mas esses homens deixaram grande exemplo. Nenhum foi presidente da República. presidente da República foi o Dr. Sarney. Tancredo morreu. Foi presidente da República Collor. Numa eleição fantástica, em que concorriam Ulysses, Covas, Brizola, Lula, Aureliano Chaves, ganhou Collor. Fernando Henrique, um grande intelectual, foi um fraco Presidente. Lula, uma pessoa fantástica, de quem esperávamos tudo, pelas suas origens, pela sua biografia e história, hoje, está aí, e ficamos até com medo de dizer o que pensamos. Parece que estou sonhando um pesadelo e que vou acordar ali adiante, ver que está tudo errado, e alguém vai dizer algo diferente.

E essas pessoas não chegaram lá.

É a vida, meu bom amigo Miguel Arraes, ranzinza, duro. Arrancar um sorriso dele não era fácil. Aquele povo o amava, e vi isso no domingo. Que coisa fantástica! Era mais do que Antonio Conselheiro! Uma emoção vinha de dentro da alma daquela gente, e ele ali, sisudo, no caixão.

Meu bom amigo Miguel Arraes, você fez a sua parte. Você é uma dessas figuras que têm o seu lugar neste e no outro mundo. Você foi um homem de bem. Você foi um homem correto. Você foi um homem digno. Foi você um homem que respeitou a tudo e a todos. E você tinha um ideal. Sim, você gostava dos pobres, dos humildes. Você achava que a sua grande bandeira era exatamente lutar para que essas classes conquistassem alguns degraus.

Ele não defendia a luta armada, nem a reforma, nem a formação de uma sociedade igualitária, mas defendia que os mais pobres, os mais humildes, pudessem subir alguns degraus na vida. E lutou por isso, a vida inteira.

Ganhou. Três vezes foi governador, foi prefeito.

Perdeu. Foi cassado, foi humilhado, mas seu nome está agora no panteão dos heróis. Não tenho nenhuma dúvida disso. Se

Deus me der a chance, escreverei exatamente este livro: o da biografia desses nomes, de nomes que não chegaram à Presidência e que viram pessoas menos preparadas chegarem lá. No entanto, se esses grandes homens não chegaram à Presidência, chegaram muito mais adiante. Foram líderes na tarefa de reconstrução do sistema democrático. Fizeram muitos sacrifícios pelo seu povo, pela sua gente. Lutaram por muitos anos, dia após dia, fazendo o que era necessário, mesmo que, com o passar tempo, fossem deixando as páginas dos jornais, fossem relegados a uma posição mais humilde.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon, aproveito o discurso que faz aqui hoje, V. Ex^a que é testemunha dessa grande caminhada que o Brasil trilhou na volta à democracia, para prestar também a minha homenagem ao Governador Miguel Arraes. No início do regime militar, eu era ainda estudante, do segundo grau, e pude depois acompanhar todo o sofrimento dele quando estava no exílio e ver a sua volta ao Brasil. Eu já participava do MDB e via como era importante o trabalho de Miguel Arraes, homem extremamente coerente, muito coerente com as suas idéias. Depois, vim a encontrá-lo como governador de Pernambuco – eu governador de Minas, ele governador de Pernambuco. Chamava-me muito a atenção a forma paternal até com que me tratava, sempre referindo-se, com muita simpatia, ao meu pai, ao meu tio, que foi colega dele no antigo IAA, e lembrando o que foi a luta pela democracia no Brasil. Neste momento, portanto, presto a minha homenagem sincera a esse que foi sem dúvida um grande político brasileiro, homem público de caráter, que soube lutar pelas suas idéias. A minha convivência com ele como governador foi sem dúvida um ponto muito forte da minha vida pública até aqui. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo-lhe um aparte, meu amigo Tasso, que me acompanhou nos momentos mais importantes.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, tive o privilégio de conviver – quando eu era recém-entrado na política brasileira, eleito governador do Ceará – com essa geração maravilhosa de homens públicos brasileiros. E aí incluo não somente o nosso querido e saudoso amigo Miguel Arraes, mas também V. Ex^a. Inclusive, tiveram a generosidade de acolher um jovem e inexperiente político, um governador que chegava. Acolheram-me com carinho, com amizade, à luz da sabedoria de todos vocês. Especificamente Miguel Arraes, àquela época, foi uma pessoa muito importante. Raras vezes, ouvi uma descrição tão bem feita e feliz sobre o caráter e a personalidade do Governador Miguel Arraes como a que agora foi feita por V. Ex^a. Aquele era um homem forte, rude às vezes, fechado, sisudo, mas que tinha uma enorme capacidade de doar-se, principalmente à população mais carente do Nordeste brasileiro. A sua identificação com aquela população sertaneja do Nordeste brasileiro era algo fantástico, que nunca o largou, até o fim da vida. A tendência do crescimento da vida pública nacional, como V. Ex^a bem o sabe, ao chegar aqui em Brasília, é desvincular-se um pouco das raízes e encantar-se com esse novo cenário da política nacional. Arraes não. Ele sempre permaneceu aquele velho e rude nordestino, ligado às suas raízes, até na sua maneira de ser. Peço licença a V. Ex^a, que novamente incluo como um dessa geração, que, naturalmente, por modéstia, não citou. V. Ex^a é um dos homens dessa geração que levaram o Brasil à democracia, cujos passos eu, já de outra geração, vim tentando seguir. Peço

permissão para, no seu brilhante e perfeito discurso, inserir também a nossa homenagem à história de Miguel Arraes e a nossa saudade. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Ouçõ o Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Pedro Simon, sou pernambucano, e minha família era da antiga UDN. Meu pai era político da UDN – foi deputado estadual quatro vezes e federal também, presidente da UDN e adversário do Governador Miguel Arraes. E, apesar de adversário, convivia de forma absolutamente segura com Arraes, com o Arraes de 1958, de 1959, de 1960, de 1961, 1962, 1963, até 1964. Comecei minha vida pública muito tempo depois. Eu tinha tido uma relação profissional e pessoal muito ampla e muito próxima do ex-Governador Carlos Lacerda, com quem trabalhei na área privada, mas eu tinha uma admiração, que eu não decifrava, pela figura do Dr. Miguel Arraes, que, na época, estava no exílio. Tempos depois o conheci, na minha primeira campanha de deputado estadual, quando fazia comício em uma pequena vila do agreste pernambucano. Dirigindo um carro, nem sequer motorista tinha, ele fazia uma campanha paupérrima. Nessa campanha, ele foi o deputado federal mais votado do Brasil, obteve mais de 330 mil votos, o que, do ponto de vista proporcional, quando comparado a qualquer outra situação eleitoral do País, era um exagero total. Depois, sem ter nem para quê, mas por conta dele, fiquei perto dele. Deputado estadual, fui logo depois de Líder do PMDB – ele era deputado federal por três anos. Estabeleci uma relação de amizade com ele. Nos seus dois governos, fui secretário três vezes; depois, líder do PSB aqui. Eu convivi com ele de forma muito próxima, mas não teria, como V. Ex^ã, a capacidade de sintetizar a dimensão de seu papel da história do Brasil.

Não fosse quem é Pedro Simon – ou Pedro, como dizia Miguel Arraes –, seria impossível em poucas palavras alguém fazer um ajuste tão correto da personalidade dele no que é central. Eu o vi muito pelo ponto de vista gerencial, administrativo. Do ponto de vista humano, não era tão fácil, ele era muito mais velho do que eu e, apesar de gostar dele – e imagino que ele também gostava de mim –, havia sempre uma barreira. V. Ex^a eliminou todas as barreiras com grande tranqüilidade, com clareza rara em qualquer discurso que tenha ouvido até hoje. Penso que o Tasso, o Governador Tasso, o Senador Tasso foi correto quando disse que não se pode falar do Brasil desse tempo e de agora sem falar de sua presença na vida brasileira e do papel que V. Ex^a desempenhou e desempenha nessa vida brasileira. É de extrema importância um discurso desses, nessa maré de pobreza e de precariedade que domina a vida pública brasileira, nesse exibicionismo elementar que está aí exposto, nessa enorme decepção em torno de um presidente que alimentava esperanças muito fundadas, muito consistentes. Chega Pedro Simon com a sua simplicidade, sem nenhuma ambição intelectual, e diz as coisas como elas são em relação à pessoa que conheci. V. Ex^a viu tudo sobre Arraes, viu-o inteiramente: na simplicidade do seu catolicismo; no seu conteúdo popular; na sua ligação com o País, que era muito forte; e na sua estranha coerência. A coerência dele pouca gente entendia, aparentemente não existia: juntava-se com a direita, juntava-se com a esquerda, começava para lá e para cá, dizia uma coisa e depois ficava calado; normalmente, ficava calado, administrava o seu silêncio com enorme competência. Tendo convivido com ele, sendo pernambucano, tendo trabalhado com ele, nada tenho a dizer além do que V. Ex^a disse. Seguramente, V. Ex^a fez hoje um discurso que honra e honrará este Senado por muitos anos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela generosidade de V. Ex^a

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Querido Senador Pedro Simon, gostaria sobretudo de agradecer a V. Ex^a. Tenho certeza de que D. Magdalena, os filhos de Miguel Arraes, o povo de Pernambuco, que recebeu a sua visita no domingo último vindo lá do Rio Grande do Sul, e todos os brasileiros gostariam de lhe agradecer por esse testemunho tão belo que fez sobre o Governador, o Deputado Federal e o Presidente do PSB, Dr. Miguel Arraes. Aprendi a admirá-lo quando, ainda jovem, no início dos anos 60, ele foi a São Paulo. Um grupo de direitistas, preocupados com o que ele pudesse falar no programa Pinga Fogo, de Aurélio Campos, na TV Tupi Difusora, no Sumaré, o cercou como que para hostilizá-lo, e eu, com um grupo de estudantes, fui para lá para exatamente procurar assegurar a todos o direito de ouvir a palavra dele, inclusive naquele programa que era um dos mais ouvidos da época, V. Ex^a há de recordar. Outras vezes estive com ele, nessas batalhas descritas por V. Ex^a, pela democracia, pela liberdade, pela justiça. Portanto, Senador Pedro Simon, muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, não tive oportunidade de conhecer na parte política o Governador Miguel Arraes, mas conheci e conheço dois de seus netos, Antônio Campos e o ex-Ministro Eduardo Campos. Senador Pedro Simon, tomei posse nesta Casa, como suplente do Senador Hélio Costa, no dia 11, e fiquei muito emocionado nesse primeiro dia, porque aprovamos algumas universidades, havia um clima maravilhoso aqui no Senado. Depois, caímos numa desgraça total. Vim atrás de discursos como o que V. Ex^a acabou de pronunciar, mas nunca mais os ouvi. Hoje até brinquei, dizendo-lhe que V. Ex^a estava precisando subir e fazer um discurso – nem sabia que V. Ex^a iria

fazer esse discurso hoje. Estava realmente desanimado, porque, nesse mês que estou aqui, já fui delegado, inspetor e acusador nas CPI. Não era isso que esperava quando vim para cá. Vim para o Senado esperando participar de momentos como este. Mais uma vez, V. Ex^a não só contou a história de grandes homens, mas mostrou para onde é que temos de ir. Muitas vezes, em alguns discursos, não falo, porque estou chegando agora – é preciso, ao chegar, ter respeito, observar, entender como as coisas funcionam. Nesse um mês, fiquei como V. Ex^a falou: como se estivesse para acordar de um sonho que não acaba. Senti-me como V. Ex^a e me sinto bem por me ter sentido como V. Ex^a, por me ter sentido como alguém com a experiência que tem V. Ex^a. Muito me animou esse discurso, no qual V. Ex^a citou pessoas do passado que fizeram a história e que sempre pensaram no futuro do País de alguma maneira, não viveram este momento de acusação, de investigação, no qual bandido é primeira página e tem palavra mais forte do que as pessoas que pertencem ao Parlamento. Fui muito feliz em ficar até mais tarde para ouvi-lo, foi uma injeção de ânimo. V. Ex^a, realmente, mostrou-me o que esta Casa tem a oferecer. Muito obrigado, Senador, por me ter dado essa oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Agradeço a V. Ex^a e digo o seguinte. V. Ex^a tem razão, chegou numa má hora, mas, em compensação, terá uma grande vantagem: só poderá caminhar para frente, pior do que está, não vai ficar. Fique tranqüilo que melhores dias virão para o Congresso, para a vida brasileira. V. Ex^a poderá até dizer: “Cheguei lá e estava muito ruim, mas, com a minha chegada, as coisas melhoraram”.

Ouçõ o Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, já estava me preparando para me recolher ao meu gabinete e continuar com minhas atividades, como costume fazer

todos os dias quando estou em Brasília, atendendo as correspondências, os projetos, os pareceres etc. Saltei do elevador e soube que V. Ex^a estava fazendo um necrológio de Miguel Arraes. Por duas razões, então, fiquei preso a esta sessão, para dar este aparte – talvez o último que V. Ex^a vai receber.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – O penúltimo.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Deus queira que ainda tenha uns vinte. A primeira razão: o homenageado, Miguel Arraes; e a segunda, V. Ex^a mesmo. Quantas vezes eu não tenho aqui ficado silencioso e atencioso, sobretudo ouvindo os discursos que profere, porque V. Ex^a é uma parte viva da história recente da política nacional deste País, não somente como testemunha, mas, sobretudo, como participante dos episódios mais graves, mais importantes da história recente do Brasil e sempre dando aquele exemplo de dignidade, de coerência e de firmeza nos seus pontos de vista. O PMDB – nosso partido – sempre foi, Senador Pedro Simon, um celeiro de homens de bem, de políticos coerentes, de políticos que têm ideal na política, mas muitos passaram pelo PMDB como meteoro. Estes que passaram não deixam saudades, porque eles não têm nada em comum com a nossa história. De minha parte, digo que quem quiser sair do PMDB saia, eu não saio. Estou aqui não desde a redemocratização, porque considero a redemocratização a partir da primeira eleição, ainda que indireta, a que elegeu Tancredo Neves, mas logo depois do golpe militar de 64, quando o MDB foi fundado. Fui cassado em 69, voltei para o PMDB, e vou ficar neste partido, se Deus quiser, até o fim da minha vida. Não vejo razão para mudar de partido. Não sei por que esse troca-troca. Não me sentiria bem se o fizesse, quer pelas convicções que sustento, e encontro no PMDB a razão de ser da minha vida pública, quer porque não vejo partido melhor que o nosso. Desculpem-me os

que não são do PMDB. Um dos homens que eu mais admirava na minha vida era o Deputado Miguel Arraes. Fomos amigos antes mesmo de ele ser governador do Estado de Pernambuco. E ele era bastante mais velho do que eu. Essa amizade se consolidou, sobretudo a partir do seu exílio. Sempre nos correspondíamos, sempre mantínhamos uma relação, e essa relação foi constante. Durante o período em que estive no Governo do Estado da Paraíba, ele habitualmente, quase todos os meses, visitava-me. Chegava por volta das sete horas da noite, tomava duas doses de uísque e falava muito pouco. V. Ex^ª, que o conhece de perto, sabe que ele falava mais pela expressão facial do que pelas palavras e tinha inclusive uma dicção...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Dr. Ulysses que dizia: temos que interpretar os silêncios do Dr. Arraes.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Isso mesmo. Ele tinha uma dicção difícil também. Uma vez, ele falou em um comício no sertão de Pernambuco. Ele estava muito rouco, por sinal, e essa dificuldade que ele tinha agravou-se. Eu, que estava em cima do palanque, não consegui entender uma palavra do que ele falava, mas o povo batia palmas freneticamente. E aí perguntei a uma pessoa: “Que fenômeno é esse?” Um amigo dele, correligionário, respondeu-me: “Maranhão, ele fala pela alma, e a alma dele são os olhos, é esse balbuciar”. Tudo isso mostra que Miguel Arraes tinha uma sintonia perfeita com o seu povo; as pessoas confiavam nele e confiavam verdadeiramente. Ele não precisava dizer frases bonitas, ele não precisava ser um orador eloqüente, não era necessário falar nem baixo nem alto. Era bastante ele balbuciar uma palavra, e as pessoas estavam ali a aplaudi-lo e, sobretudo, para concordar, porque o forte no homem público Arraes – aventuro-me a dizer – era o exemplo de coerência. Todo mundo sabia permanentemente de que lado Miguel Arraes estava, o que ele estava defendendo, porque ele

nunca mudou. Era um homem de compleição muito rija e também um sertanejo daqueles de cara fechada, de cara dura, mas como amigo não existia pessoa mais terna do que Miguel Arraes. Tive o privilégio de ser amigo dele também e várias vezes soube que ele me tinha estima, que a minha amizade com ele era correspondida, por intermédio de terceiros, por seus filhos, por seus netos, por seus correligionários, por seus amigos, porque ele sempre se referia aos amigos como uma pessoa que gosta do amigo. Creio que boa parte do magnetismo que exercia sobre as multidões que o admiravam, que o respeitavam, que o seguiam sempre estava ligada a essa capacidade de gerar confiança, de gerar ternura nas amizades. Não era preciso ouvir uma palavra de Miguel Arraes para saber se gostava ou não, seu olhar já dizia tudo. Estou de acordo com essa expressão do Dr. Ulysses. Miguel Arraes precisava ser compreendido. E, realmente, foi muito compreendido. Sempre foi um político vitorioso, inclusive quando o regime de 64, a Ditadura Militar, cassou seus direitos políticos, prendeu-o e o exilou durante muito tempo. A partir daí, se já era grande, ficou muito maior na admiração e no respeito de todo o povo brasileiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pelo carinho e pela manifestação de V. Ex^a

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Pedro Simon, ninguém com maior autoridade do que V. Ex^a para falar sobre a história recente da política no Brasil e sobre suas maiores lideranças. Entre elas desponta realmente o ex-Governador Miguel Arraes. Ninguém da nossa geração, Senador Pedro Simon, deixou de receber a influência de Miguel Arraes. Como deputado estadual, tive a oportunidade de me deslocar do meu Estado para o Estado de Pernambuco quando o exilado, Dr. Miguel Arraes, voltou do exílio e foi recebido pelos per-

nambucanos numa magnífica recepção. Isso nunca deixou de me impressionar, nunca esqueci o que vi nas ruas do Recife, quando se dizia: Arraes vem aí! Arraes chegou! Depois, fui governador, assim como ele. Tive esse privilégio de conviver com ele, eu diante do mito da minha juventude, do início da minha vida política. Pude conviver com Miguel Arraes, ele governador e eu também. Então, quero dizer da minha admiração pelas qualidades que o Senador José Maranhão já destacou, sua coerência, sua absoluta fidelidade aos seus ideais e tudo isso que V. Ex^a está dizendo. Aproveito para prestar esta homenagem, não em meu nome, mas em nome da minha geração, a esse grande brasileiro que foi Miguel Arraes. Eu queria dizer isso a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a. O nosso amigo Heráclito Fortes conviveu – guri ainda, menino, embora já robusto como agora – muito com esse grupo todo e teve a oportunidade – lembro-me do carinho principalmente que o Dr. Ulysses tinha por V. Ex^a –, como eu, a grande chance de conviver com esse extraordinário formador de opinião pública, além dos líderes a que me refiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Pedro Simon, comecei a ouvir o pronunciamento de V. Ex^a no meu gabinete. V. Ex^a se propôs a prestar homenagem ao ex-Governador Miguel Arraes e rendeu preito ao Brasil, nesse discurso lúcido, relatando e retratando episódios vividos pelo País nos últimos anos. Deu-me uma nostalgia muito grande ouvi-lo citar figuras fantásticas, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, uma infinidade de brasileiros importantes que marcaram época neste País. O último deles partiu agora: Miguel Arraes. Como era notável termos oportunidade de sentar a uma mesa e discutir política e Brasil com esses homens! Como saímos dali enriquecidos! E eu, como bem disse V. Ex^a, o mais novo de todos, era quem mais saía ganhando. Para mim,

esses momentos eram fantásticos. A política brasileira, aos poucos, vai-se empobrecendo. A partir do momento em que perdeu Teotônio Vilela, Tancredo Neves, de um por um, o País, politicamente, ficou mais pobre. Tenho certeza de que, se ele estivesse vivo, não estaríamos hoje vivendo no Brasil a crise e as incertezas que estamos vivendo, porque eram homens que sabiam ser Governo quando estavam no Governo, mas sabiam ser Oposição com responsabilidade e, acima de tudo, com grandeza. Parabenizo V. Ex^a, que teve, mais do que eu, o privilégio de conviver e não só de aprender, mas também de ensinar esses que partiram e que deixaram uma fantástica lição a nós, brasileiros. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Ouço o companheiro Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, Deus escreve certo por linhas tortas. Acabei de chegar de uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, para encontrar V. Ex^a na tribuna. Arraes era um representante dessa grande geração que inspirou a todos nós, particularmente quando eu governava o Piauí e ele, Pernambuco. Em meu primeiro livro no Senado, V. Ex^a fez o prefácio; em meu livro escrito à época em que eu era governador, o prefácio foi de Miguel Arraes. Naquela época, ocorreu um fato que vou confessar aqui, diante de Cristo e do Plenário: o único furto que fiz na vida pública. Eu ia inaugurar o Palácio da Cultura, era domingo, eu e minha Adalgisa estávamos ornamentando a festa. Eu estava na biblioteca pública do Município – eu estava criando um palácio com museu, cultura, conselho municipal – e vi um livro grosso: *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, de Serge Tchakotine, traduzido por Miguel Arraes. Senador Pedro Simon, gosto de ler, como V. Ex^a, e enquanto Adalgisa arrumava o Palácio para inauguração no dia seguinte, comecei a ler.

Gostei tanto, olhei para a biblioteca toda pronta, cheia de livros, e pensei: “Isso não é para estudante. Vou levar para casa”. Atentai bem! Aprendi com aquele livro, que me fez governador. Mas tenho o hábito de estudante de medicina de riscar o livro, fazer anotações. Sempre que viajava, procurava o livro em livrarias, querendo repor aquele furto, dar um novo para a biblioteca, pois o meu estava todo riscado, anotado. Terminou o meu mandato na Prefeitura, e não consegui o livro. Quando governador, em Recife, no Palácio, disse a Miguel Arraes: “V. Ex^a me fez cometer um furto”. E contei-lhe o ocorrido. Estava presente o Malan: “Ah, você tem aquele livro?” Digo: “Tenho”. Contei que aquele livro tinha me ajudado. Ele disse que gostaria de vê-lo. Em outra reunião, eu o trouxe, ele pediu o original, tirou umas cópias e me devolveu. Miguel Arraes reimprimiu o livro, chegou a me pedir para apresentá-lo no Senado. Vou pedir outro exemplar para devolvê-lo. Então, é muito oportuno. E perguntei a Arraes: “Onde você traduziu o livro?” Ele disse: “Preso, no Corpo de Bombeiros, foram mais de 90 dias, tive maus pensamentos, humilhado, preso. Como eu sabia francês, peguei um dicionário e fiz o trabalho”. O livro foi apreendido pela Ditadura, por isso era raro. Antes de morrer, ele o reapresentou. Queria dizer que o Miguel Arraes é essa figura que influenciou em todos nós. Sem dúvida, tenho a convicção de que, com a ajuda de Deus, exemplos de homens como Miguel Arraes e V. Ex^a levarão nossa geração a construir o país do sonho de Arraes, com uma sociedade mais justa, fraterna. Essas são as minhas palavras e os meus aplausos a V. Ex^a que, agora, além do seu papel, tem que continuar a liderança de Miguel Arraes, que influenciou muito como nós.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e fico emocionado pelo tom dos apartes em homenagem a Miguel Arraes. Encerro, Sr. Presidente, levando ao grande amigo Miguel Arraes, onde estiver, que sei que ele está com a cons-

ciência do dever cumprido. Nas últimas vezes em que falei com Miguel Arraes, não encontrei um homem amargurado. Tinha mágoa de ver o Brasil, inclusive o atual Governo, diferente daquilo que ele imaginava, mas ele achava que tinha feito a parte dele. E ele fez a parte dele. Rústico, humilde, do interior do Ceará, veio, avançou. Difícil de entender, mas para quem o entendia, Arraes era um homem bom, puro, digno, justo, que via no semelhante realmente um irmão. Era um homem que tinha preocupação com a busca do bem comum.

A luta de Miguel Arraes era que tivéssemos, no Brasil, o grande entendimento de que o próximo é nosso irmão e que quando ele cresce nós crescemos com ele, de que um Brasil justo é aquele em que todos têm condições de viver com dignidade. Ele morreu defendendo as suas idéias.

Por isso, meu irmão Miguel Arraes, onde estiveres, tenha a certeza de que sempre semeastes o bem e terás a compensação e a justiça que mereces na vida do lado de lá. Receba o nosso abraço, o nosso carinho, a nossa saudade. Tua amizade, tua imagem sempre estará conosco, com o povo brasileiro, que cunhou em ti o exemplo do homem bom e do homem justo.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente, principalmente pela tolerância, pela generosidade do tempo que V. Ex^a me cedeu.

Muito obrigado.

Com a morte de Miguel Arraes, em agosto de 2005, teve fim uma das maiores gerações de políticos brasileiros de toda a nossa história. Refiro-me aos líderes que comandaram a marcha do povo brasileiro na sua luta contra o regime de exceção, implantado em 1964, até a restauração do regime democrático, cujo marco inicial é a eleição de Tancredo Neves, ainda pelo Colégio Eleitoral, em 1985. Integraram esta fantástica geração Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro, Miguel Arraes e Leonel Brizola. É interessante destacar que, em algum momento, todos esses homens – com exceção de Leonel Brizola – integraram os quadros do nosso velho MDB.

Senador Pedro Simon